



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

HANIELLY DIAS MELO

**BALANÇO SOCIAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO
NA NATURA COSMÉTICOS S/A NO PERÍODO DE 2005 A 2009**

**SOUSA - PB
2010**

HANIELLY DIAS MELO

**BALANÇO SOCIAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO
NA NATURA COSMÉTICOS S/A NO PERÍODO DE 2005 A 2009**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis do CCJS da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Ciências Contábeis.

Orientadora: Professora Ma. Thaiseany de Freitas Rêgo.

**SOUSA - PB
2010**

HANIELLY DIAS MELO

**BALANÇO SOCIAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO NA NATURA
COSMÉTICOS S/A NO PERÍODO DE 2005 A 2009**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de graduação em Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, da Universidade Federal de Campina Grande, como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, sendo a mesma julgada adequada e aprovada pela banca examinadora:

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Msc. Thaiseany de Freitas Rêgo

Orientador (a) – UFCG

Prof. Luiz Gustavo de Sena Brandão Pessoa

Membro Examinador (a) – UFCG

Prof. Voster Queiroga Alves

Membro Examinador (a) – UFCG

SOUSA/PB

2010

Dedico este trabalho as pessoas que fazem parte de minha vida, principalmente, as que me apoiaram para realização deste, com muita dedicação e competência. A todos que estiveram presentes e que contribuíram para meu crescimento profissional em especial a minha amada mãe Salete, que sempre me incentivou e estimulou a não desistir nos momentos difíceis para concretização deste objetivo alcançado. Retribuo com grande satisfação, amor e alegria a estes

AGRADECIMENTOS

Ao SENHOR JESUS, a quem devo toda honra e toda glória, pois, até aqui tem me guiado e fortalecido nos momentos de dificuldades, sempre me lembrando que ELE está do meu lado.

A minha mãe, grande incentivadora da educação, por sempre ter me impulsionado ao caminho profissional, pelas renúncias que por ela foram feitas e por sempre estar ao meu lado, torcendo pelas conquistas e intercedendo com sua fé, não deixando-me desistir nos momentos difíceis.

A minha querida professora Thaiseany de Freitas Rêgo, pelo incentivo, dedicação e muita paciência para comigo neste caminhar.

As professoras Josicaria Soares Santiago e Ana Carolina Kruta de Araújo Bispo, pelos materiais disponibilizados nos intensos estudos.

Aos amigos da INSEJEC pelas interseções nos momentos de dificuldades, aos colegas de curso pelo convívio, momentos de lutas e angústias, mas também de conquistas, aos colegas de trabalho pela compreensão quando precisei me ausentar e a todos os meus familiares que sempre torceram para que eu chegasse até aqui.

"Tudo posso naquele que me fortalece"!

Filipenses 4:13

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: **“BALANÇO SOCIAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO NA NATURA COSMÉTICOS S/A NO PERÍODO DE 2005 A 2009”**, estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam, a instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa/PB, 24 de novembro , de 2010

HANIELLY DIAS MELO

RESUMO

O número de empresas interessadas em publicar informações de caráter social, para divulgar as iniciativas socialmente responsáveis, tem aumentado gradativamente e despertando a atenção de seus principais agentes, bem como transmitindo uma imagem que possa fortalecê-la no mercado. Com isso, o objetivo da presente pesquisa consiste em analisar as informações relacionadas à responsabilidade social, que contemplem as quatro vertentes do balanço social. A pesquisa é classificada como descritiva e bibliográfica, com um estudo quantitativo e qualitativo. Para tanto, foram analisados os relatórios anuais da referida empresa, no período de 2005 a 2009, investigando se os mesmos contemplam itens relacionados às quatro vertentes do Balanço Social. Como resultado, a pesquisa constatou-se que a Natura utiliza como modelo para evidenciação de tal demonstrativo, o sugerido pelo IBASE, bem como que publica informações relacionadas às quatro vertentes (Balanço ambiental – 41%; Balanço de recursos humanos – 100%; Demonstração do valor adicionado – 68%; Benefícios e contribuições a sociedade em geral – 67%) do Balanço Social em seus relatórios anuais, embora tal processo ainda não contemple todos os itens recomendados pelo IBASE e pela literatura especializada.

PALAVRAS-CHAVE: Responsabilidade social. Balanço social. Informações de caráter social.

ABSTRACT

The number of companies concerned in publishing information of social character, to disseminate the initiatives socially responsible, has increased gradually and drawing the attention of its main agents, as well as providing a picture which can strengthen-la on the market. With that, the objective of the present inquiry consists in checking if the Natura publishes information made a list to the social responsibility, which there contemplate four slopes of the social swinging. For so much, there were analyzed the annual reports of the above-mentioned enterprise, in the period from 2005 to 2009, investigating if same there meditate items made a list to four slopes of the Sociable Swinging. As result, the inquiry noted what the Natura uses like model for evincible of such a demonstrative one, the suggested for the IBASE, as well as that publishes information made a list to four slopes (environmental Swinging – 41 %; Swinging of human resources – 100 %; Demonstration of the added value – 68 %; Benefits and contributions to society in general – 67 %) of the Social Swinging in his annual reports, though such a process still does not contemplate all the items recommended by the IBASE and by the specialized literature.

KEY WORDS: Sociable Responsibility. Sociable Swinging. Information of Sociable Character.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BS	Balanço Social
CERES	Coalition For Environmentally Responsible Economies (Coalização por Economias Ambientalmente Responsáveis)
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
ETHOS	Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
GRI	Global Reporting Initiative (Iniciativa Global para Apresentação de Relatórios)
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadoria e Serviços
IPI	Imposto Sobre Produtos Industrializados
ONU	Organizações Unidas
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RJU	Regime Jurídico Único
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
S/A	Sociedades Abertas

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Distribuição da evidenciação da primeira vertente por ano.....	46
GRÁFICO 2 – Distribuição da evidenciação da segunda vertente por ano.....	49
GRÁFICO 3 – Distribuição da evidenciação da quarta vertente por ano	52
GRÁFICO 4 – Evidenciação por vertente do período de 2005 a 2009.....	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Vertentes do Balanço.....	20
Quadro 2 – Beneficiários do Balanço Social	38
Quadro 3 – Estrutura da elaboração e divulgação do Balanço Social.....	40
Quadro 4 – Indicadores necessários aos usuários	42

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Descrição dos aspectos ambientais evidenciados pela Natura	46
TABELA 2 – Descrição dos aspectos voltados para os recursos humanos da Natura	48
TABELA 3 – Descrição dos aspectos voltados para a distribuição do valor criado pela Natura	50
TABELA 4 – Descrição dos aspectos voltados para as contribuições e benefícios a sociedade	52

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Delimitação do tema e problemática	15
1.2	Justificativa	16
1.3	Objetivos	17
1.3.1	Objetivo geral	17
1.3.2	Objetivos específicos	17
1.4	Procedimentos metodológicos	18
1.4.1	Classificação da pesquisa	18
1.4.2	Instrumento de coleta e tratamento dos dados	19
2	REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1	Responsabilidade social	22
2.1.1	A importância da responsabilidade social para as empresas	24
2.1.2	Governança corporativa como prática de responsabilidade social	25
2.2	Balanço social	26
2.2.1	Objetivos do balanço social	30
2.2.1.1	As vertentes do balanço social	32
2.2.1.2	<i>O Balanço ambiental</i>	32
2.2.1.3	<i>O Balanço de recursos humanos</i>	33
2.2.1.4	<i>Demonstração do valor adicionado</i>	34
2.2.1.5	<i>Benefícios e contribuições à sociedade em geral</i>	36
2.2.2	Por que fazer e para quem divulgar o balanço social	36
2.2.3	Modelos e estrutura do balanço social	39

2.2.4	Indicadores do balanço social	42
3	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	44
3.1	Publicação de itens da primeira vertente do Balanço social (aspectos ambientais)	44
3.2	Publicação de itens da segunda vertente do Balanço social (informações quanto aos recursos humanos)	47
3.3	Publicação de itens da terceira vertente do Balanço social (distribuição do valor adicionado)	49
3.4	Publicação de itens da quarta vertente do Balanço social (benefícios e contribuições a sociedade)	51
3.5	Publicação de itens por vertente do Balanço social.....	53
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
	REFERÊNCIAS.....	57
	APÊNDICE – Instrumento de coleta	61

1 INTRODUÇÃO

Diante do novo cenário empresarial vivenciado nos dias de hoje, tais como a existência de um mercado competitivo, investidores exigentes, novas tendências mercadológicas e o avanço tecnológico, é crescente o número de empresas interessadas em publicar informações de caráter social, de modo que permita divulgar as iniciativas socialmente responsáveis, despertando a atenção de seus principais agentes, bem como transmitindo uma imagem que possa fortalecê-la no mercado (BECKER, 2004).

A contabilidade vem aprimorando ao longo dos anos, novas tendências, o incentivo a pesquisa e a produção acadêmica, novas práticas contábeis, como o surgimento da convergência dos padrões contábeis brasileiros às normas internacionais, de modo a acompanhar a evolução da sociedade, que busca contemplar em seus interesses a utilização dos mesmos, bem como que possibilite aos seus usuários, informações que contemplem as práticas de responsabilidade social.

Por sua vez, com a decadência dos grandes centros urbanos e o surgimento de problemas ambientais deu-se início ao marco do movimento da responsabilidade social, em que muitas discussões sobre o assunto foram propagadas e as empresas passaram a se interessarem.

Nesse sentido, o demonstrativo que tem o propósito de apresentar questões relacionadas à responsabilidade social das empresas é o Balanço Social. Atualmente existem alguns modelos propostos para as empresas, elaborados pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Projeto de Lei para implantação no Congresso Nacional, Lei n.º 3.116/1997, além de modelos que possam mencionar as iniciativas sociais no relatório administrativo (NEGRA; TEIXEIRA e CARMO, 2002).

Diante disso, pode-se observar que ainda não há um modelo padrão para o Balanço Social, como definido para os demais demonstrativos, e os usuários dessas informações acabam por se sentirem prejudicados em termos de entendimento sobre o seu conteúdo, haja vista que com a ausência de uma estrutura padrão, torna-se difícil proceder com a comparabilidade com outras empresas que divulguem esse tipo de demonstrativo.

Os procedimentos praticados pelas empresas brasileiras visam apresentar dados qualitativos e quantitativos que traduzam a sua realidade patrimonial e financeira, bem como influências positivas em relação aos funcionários, a comunidade, ao governo e ao meio

ambiente, o que revela a necessidade de se ter um modelo padrão a ser seguido (SIQUEIRA; VIDAL, 2003).

Para Aquino e Santana (1992) a evidenciação representa a existência de divulgação com clareza, em que se compreende de imediato o que está sendo comunicado, implicando em revelar, algum ato ou fato relativo a uma organização.

O Balaço Social representa dessa forma um instrumento inovador, transformador e ético, em que vem se destacando por apresentar-se como um meio de informação na tomada de decisões, auxiliando nas avaliações das empresas, diminuindo os riscos em negociações, dando transparência á sociedade sobre seus benefícios junto às mesmas, em que mesmo com a sua publicação não sendo obrigatória, vem ganhando credibilidade ante a evidenciação das práticas de responsabilidade social.

1.1 Delimitação do tema e problemática

A partir da segunda metade do século XX, com as crescentes mudanças em que a sociedade mundial está passando, em relação aos interesses das organizações e suas perspectivas futuras, inicia-se um processo de transformação no gerenciamento dos aspectos políticos, econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais, podendo observar outros processos relacionados à gestão.

Por sua vez, com os avanços tecnológicos, as informações tem se propagado rapidamente, atingindo uma quantidade maior de usuários, tornando-se para as entidades um meio de suprir seus potenciais investidores, informações claras e fidedignas que os auxiliem no processo de tomada de decisão.

Os usuários das informações contábeis e os consumidores dos produtos e serviços oferecidos pelas empresas, tem-se tornado cada vez mais exigentes em relação às ações das organizações, passando a cobrar atitudes socialmente responsáveis e procurando minimizar os impactos causados ao meio ambiente.

Nesse sentido, as transações econômicas ocorridas dentro e fora do país impulsionaram a integração das expressões relacionadas à responsabilidade social (socialmente responsáveis), haja vista que com a globalização e a concorrência, as empresas passaram a cobrar por respostas relacionadas às suas atitudes responsáveis, o que tem proporcionado uma maior credibilidade para as empresas que se preocupam com o bem estar ambiental e social.

Diante disso, busca-se estudar o caso da empresa de Natura Cosméticos S/A, no período de 2005 a 2009, haja vista que a mesma tem demonstrado na mídia(TV, revistas, internet) que possui compromisso em atender as necessidades da sociedade, tais como: princípios de relacionamentos, pesquisa e desenvolvimento de produtos, programas sociais.

De acordo com as informações extraídas da página da Natura (2010), a mesma configura-se como uma empresa de origem brasileira, que possui suas ações negociadas da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) desde o ano de 2004, e atualmente está listada no Novo Mercado, com o mais alto nível de governança corporativa. Essa empresa caracteriza-se como uma indústria líder no mercado de cosméticos, fragrâncias e higiene pessoal, assim como no setor da venda direta.

Tendo em vista o papel exercido diante da sociedade, a Natura (2010) recebeu o título de Melhor Empresa do Setor de Higiene e Limpeza por três anos consecutivos, e foi considerada pela revista Carta Capital a empresa do setor de cosméticos, mais admirada pelo público.

Face ao exposto, o presente estudo busca responder a seguinte questão-problema: “A Natura S/A publica informações relacionadas à Responsabilidade social, que contemplem as quatro vertentes do Balanço social?”

1.2 Justificativa

Com o crescimento nos meios empresariais, podem-se identificar inúmeras mudanças tecnológicas, sociais, ambientais e culturais na sociedade, no sentido de propiciar a valorização da responsabilidade social, bem como a qualidade e quantidade de suas informações, as quais tem se tornando um fator essencial entre seus *stakeholders*.(KARKOTLI, 2007)

Por sua vez, Tinoco (2008) afirma que o acesso à informação de boa qualidade representa um destaque para a questão das práticas da cidadania, haja vista que os problemas socioeconômicos passaram a ser debatidos e resolvidos nas relações entre os grupos sociais, tornando a evidenciação um fator especial.

Observa-se com isso que a Responsabilidade social está representando um diferencial para as organizações, sendo usada como vantagem competitiva para os concorrentes, visto que, aquelas que publicarem seus Balanços sociais de modo a traduzirem, com veracidade, as

informações de cunho ambiental e social, acabam por ocupar um lugar de destaque entre seus usuários.

A Responsabilidade social faz parte das informações que as empresas precisam divulgar para se manterem no mercado, tendo se destacado cada vez mais em termos de competitividade compulsória, haja vista que as organizações precisam ocupar uma posição que permita se tornar competitiva.

Ante ao exposto, as vertentes apresentam-se como peça fundamental, através da qual se pode compor a estrutura dos Balanços Sociais, contribuindo para sua existência, em que cada uma contribui para como fornecimento de informações que possam auxiliar no processo de tomada de decisão, podendo as mesmas ser representadas da seguinte forma: vertentes do balanço ambiental, vertentes do balanço de recursos humanos, vertentes do valor adicionado a distribuir e vertente de benefícios e contribuições a sociedade em geral.

Contudo, cada vertente estudada no Balanço Social, apresenta sua importância, encontrando nelas características que irão qualificar as empresas, o que denota identificar o quanto interessante é estudar cada uma delas.

Segundo informações obtidas no site da Natura (2010), as empresas existem para atender às necessidades dos indivíduos e da sociedade por meio de seus produtos, serviços e ações, e estes devem contribuir para a criação de um mundo mais justo e igualitário, e por essa razão investe em uma gestão socialmente responsável, adotando o desenvolvimento sustentável como modelo de suas práticas corporativas.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Analisar as informações relacionadas à Responsabilidade social, que contemplem as quatro vertentes do Balanço social da Natura S/A.

1.3.2 Objetivos específicos

- Identificar quais as vertentes e estrutura do Balanço social;

- Constatar se a Natura utiliza algum modelo padronizado de elaboração do Balanço social, que permita o estudo evolutivo e comparativo das informações;
- Averiguar se a Natura publica os elementos relacionados às quatro vertentes do Balanço social;
- Identificar quais os itens divulgados pela Natura em cada vertente do Balanço Social;

1.4 Procedimentos metodológicos

1.4.1 Classificação da pesquisa

Esta pesquisa classifica-se quanto aos fins como descritiva, pois buscará examinar e descrever se a Natura S/A publica informações que contemplem as quatro vertentes do Balanço Social por meio da análise feita dos Relatórios Anuais. Segundo Marconi e Lakatos (2007), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então o estabelecimento de relações entre variáveis.

Nesse sentido, Cervo et. al. (2007, p.61) descreve o conceito de pesquisa descritiva da seguinte forma:

A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características.

Além disso, o estudo configura-se como qualitativo, uma vez que busca relacionar os dados encontrados para análise e explicação das informações. Para Diehl e Tatim (2004, p. 51) relacionam os conceitos de pesquisa qualitativa, que busca “descrever a complexidade de determinado problema e a interação de certas variáveis”.

Como também quantitativo conforme Zanella (2006) caracteriza o método quantitativo como um método que se preocupa com a representação numérica, com medição objetiva e a quantificação de resultados. Tendo como objetivo estudar uma amostra representativa da

população para mensurar qualidades, ou seja, generalizar os dados a respeito de uma população, estudando somente uma pequena parcela dela.

Diante do exposto, considera-se a pesquisa como descritiva, tendo em vista que através da análise dos dados coletados inicia-se uma leitura e interpretação dos relatórios anuais (notas explicativas, relatório da administração e relatório de sustentabilidade) da empresa pesquisada, de modo a observar os elementos que a Natura S/A divulga em termos de direcionador para as quatro vertentes do Balanço social.

Com o intuito de verificar a apresentação das vertentes do Balanço social(ver quadro 1) observados nos relatórios da Natura S/A, utilizou-se de pesquisas bibliográficas, uma vez que se buscou embasar teoricamente o assunto em estudo.

Além disso, a presente pesquisa enquadra-se como um estudo de caso, que segundo Gil (1999, p. 73, apud Lopes 2006, p.119) “O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo”.

Dessa forma, a pesquisa objetiva conhecer as peculiaridades de divulgação anual de informações relacionadas ao Balanço social da Natura S/A, em suas quatro vertentes.

Segundo Silva (2003, p. 60) “essa pesquisa bibliográfica explica e discute um tema ou problema com base em referências teóricas, já publicadas em livros, revistas, periódicos, artigos científicos, dentre outros”.

Por sua vez, fazendo um estudo bibliográfico sobre o tema estudado, utilizou-se a literatura disponível que aborda o assunto com livros, monografias, dissertações, artigos científicos publicados como também material encontrado na internet que trata sobre o tema.

Contudo, este estudo será procedido a partir da coleta de dados (apêndice), encontrado através das informações divulgadas pela Natura S/A, juntamente com a análise do mesmo contemplando ampla pesquisa bibliográfica e análise de informações, verificando assim, no período de 2005 a 2009 se a Natura S/A publica informações relacionadas à responsabilidade social, que contemplem as quatro vertentes do Balanço Social.

1.4.2 Instrumento de coleta e tratamento dos dados

Os dados obtidos para a concretização desta pesquisa foram obtidos por meio dos demonstrativos divulgados no endereço eletrônico da Natura Cosméticos SA, sendo

extraídos para análise os Relatórios Anuais referentes ao período de 2005 a 2009 por ser o período em que os relatórios estão disponíveis.

Neste sentido, com o intuito de observar se a Natura S/A publica informações relacionadas à Responsabilidade social, que contemplem as quatro vertentes do Balanço social, foi elaborado um instrumento de coleta (apêndice) com a finalidade de captar evidências quanto às informações investigadas, como pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1 – Vertentes do Balanço social

VERTENTE	DO QUE TRATA
Balanço ambiental	Visa informar o que a empresa está investindo no meio ambiente em preservação e proteção dos recursos naturais.
Balanço de recursos humanos	Tem a finalidade de mostrar quem são seus colaboradores, seus salários, benefícios concedidos, etc.
Demonstração do valor adicionado	Demonstra o quanto a empresa contribui para o estado, explicitando o valor agregado de riqueza a economia e como esta é distribuída.
Benefícios e contribuições a sociedade em geral	É exposto o que é feito por entidades assistenciais e filantrópicas, entre outras.

Fonte: Adaptado de Becker (2004).

Por sua vez, o referido instrumento foi construído observando as quatro vertentes pertinente ao Balanço social, observado a estrutura de elaboração sugerida pelo IBASE.

No que diz respeito à análise dos dados, primou-se pela descrição das informações, com o uso do programa Microsoft Office Excel[®] 2007, de modo a permitir a organização, resumo e interpretação dos dados, por meio de elementos percentuais. Se todos os itens relacionados em cada vertente forem totalmente evidenciados isso corresponderá 100% de informações divulgadas, mas para encontrar os percentuais de cada ano, dividiu-se a quantidade apresentada em cada ano pela quantidade total relacionada em cada vertente, sendo também quantitativa

A análise comparativa entre os dados teóricos e os dados documentais da empresa foi realizada qualitativamente, no sentido de identificar quais as principais informações disponibilizadas no Balanço Social da Natura S/A e verificar se sua Responsabilidade Social

se encontra evidenciada, contemplando as quatro vertentes do Balanço social, durante os cinco anos que servem de universo para a pesquisa.

Como modelo de evidenciação do Balanço social, utilizou-se o do IBASE por apresentar, segundo Freire e Silva (2001), a simplicidade que tem a vantagem de estimular todas as empresas impulsionando-as a divulgarem seu balanço social independentemente do porte e do setor que atuam. Como também o mesmo autor afirma que a simplicidade é a garantia do envolvimento de maior número de empresas, quanto mais simples for o modelo, menos resistências surgirão em relação ao levantamento de informações e à produção do documento.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Responsabilidade Social

A crise econômica vivenciada nos EUA na década de 1930 resultou na intervenção do Estado na economia e na ameaça comunista ao sistema capitalista, por sua vez, com o fim da Segunda Guerra Mundial, observou-se o surgimento de atitudes voltadas à questão da responsabilidade social, como problemas com poluição por parte das empresas, programas sociais desenvolvidos pelas mesmas, haja vista que as empresas precisavam mostrar para o Estado e a sociedade, que o mercado conseguia manter-se livre, regulado pelas suas próprias leis e que o capitalismo podia ser bom e produtivo, de modo a sustentar o modelo social vigente (ALVES, 2003 apud FURTADO et al, 2009)

Naquela época, por volta dos anos 80, quando surgiram os primeiros balanços sociais, o desejo de obter alternativas que possibilitassem a redução das dívidas, bem como permitisse a constituição de empresas e as buscas por parcerias com o governo, fez com que surgisse uma maior participação dos trabalhadores. Por sua vez, a abordagem em respeito ao processo de atuação social e empresarial, fez surgir no século XX, a denominada filantropia.

Por sua vez, de acordo com Tenório (2004, apud Furtado et al, 2009), a filantropia caracteriza-se como uma ação social de natureza assistencialista realizada por meio de doações de recursos financeiros e materiais à comunidade ou às instituições sociais, e a mesma costuma se dá em prol da conscientização por parte da sociedade a favor dos problemas ambientais, o que impulsiona o desenvolvimento de políticas empresariais voltadas à questão da responsabilidade social.

Segundo Oliveira (2008, apud Furtado et al, 2009) a responsabilidade social foi despertada no Brasil, a partir da criação do IBASE, que teve como fundador o sociólogo Betinho (1997), precursor do Balanço Social divulgado por empresas que procuram demonstrar atitudes socialmente responsáveis. Por sua vez, somente com a criação do Instituto Ethos (1998), que o movimento em torno da questão da responsabilidade social se desenvolveu no Brasil.

Com a realização de eventos e ações voltadas ao desenvolvimento empresarial, no ano de 1993, observa-se que os empresários começam a se interessar em elaborar relatórios que elencam itens voltados ao social e ambiental, o que acaba por deslanchar a oportunidade de

inserção do Balanço Social como instrumentos de evidenciação essenciais aos usuários das informações contábeis (FREIRE e SILVA, 2001).

Diante disso, e verificando-se a necessidade de tornarem públicas as ações voltadas aos problemas sociais, as empresas passaram a dar mais ênfase ao assunto, de modo a consolidar uma mudança de hábitos da sociedade, voltada a questão ética e de responsabilidade social.

Face ao exposto, cabe apresentar alguns conceitos sobre o assunto, demonstrando compromisso e atitude com o desenvolvimento de práticas que possibilitem o bem-estar social e empresarial.

Para Nichols e Wood (1999, p. 11, apud MEDEIROS e REIS, 2009, p. 115) a Responsabilidade Social "é a idéia de que uma organização deveria olhar além de seus próprios interesses e dar uma contribuição para a sociedade".

Além disso, a Responsabilidade Social representa "um termo usado para descrever as obrigações de uma empresa com a sociedade [...] na medida em que eles podem afetar os interesses de outros" (CHURCHIL e PETER, 2000, apud MEDEIROS e REIS, 2008).

Contudo, a responsabilidade social-empresarial é vista de maneira genérica em termos de comprometimento, haja vista que o papel das organizações na sociedade tem provocado discussões por meio de duas correntes teóricas distintas: a Teoria dos Shareholders (acionistas), que defende que a única obrigação da empresa é maximizar o lucro do proprietário, e a Teoria dos Stakeholders (partes interessadas), que defende que a empresa deve assumir múltiplos objetivos e não apenas buscar a maximização da riqueza do acionista, ainda que essas decisões não se reflitam em aumento de lucratividade ou ganho para os acionistas (FRIEDMAN, 1962 e FREEMAN, 1984, apud OTT; ALVES; FLORES, 2009).

Segundo Karkotli (2007, p. 17), os *Stakeholders* seriam "todos os indivíduos ou grupos que interagem no ambiente, interno e externo à organização, e têm interesse, ou uma aposta, ou são afetados, ou ainda têm uma relação direta ou indireta com ou sobre a organização".

A responsabilidade social integra-se, portanto, ao princípio da governança corporativa, ou seja, com a administração das relações contratuais e institucionais estabelecidas pelas companhias e as medidas adotadas para o atendimento das demandas e dos interesses dos diversos participantes envolvidos (TINOCO, 2001).

Nesse sentido, Fischer (2008, apud SOUSA et al 2009) comenta que a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) configura-se como um espelho da responsabilidade social vivenciada pela sociedade, sendo a mesma vista como um valor que existe na cultura e é formalizada a partir do estabelecimento do papel de cada indivíduo.

2.1.1 A importância da responsabilidade social para as empresas

A prática da responsabilidade social representa uma vantagem competitiva para as empresas, uma vez que está engajada em ações sócio-ambientais e econômicas, que representam um posicionamento de respeito junto aos stakeholders, demonstrando que a marca da empresa não representa apenas um produto e se encontra relacionada à construção de valores éticos, baseado em projetos coletivos e um estilo de vida (APOLINÁRIO, sd.).

Na visão de Guimarães (2004, apud CARVALHO e ALBERTON, 2006), a responsabilidade social engloba a busca por soluções para os problemas sociais, em que as empresas passam a se preocupar com a questão da melhoria da qualidade de vida. Nesse sentido, Kreitlon (2002, apud CARVALHO e ALBERTON, 2006) se refere à responsabilidade como um agente moral, em que a empresa é possuidora de intencionalidade e capacidade de escolha. Sua abordagem contratual apóia-se sobre três pressupostos teóricos: a empresa e sociedade são partes de um mesmo sistema e estão em constante interação, ambas estão ligadas entre si por um contrato social e a empresa está sujeita ao controle por parte da sociedade.

A sociedade involuntariamente faz julgamentos sobre as atitudes e responsabilidades das empresas, que deverão se mostrar atentas as práticas sociais e conscientes do seu papel moral está voltado para a prática da responsabilidade social, contribuindo assim com a transparência das informações. Seus atos, refletirão na imagem que elas passarão, investindo em atributos que valorizem este comprometimento social e entendendo que uma depende da outra para se correlacionarem na busca de seus objetivos, pois as ações das empresas refletirão na sociedade e vice-versa.

Na visão de Pava e Krausz (1997, apud CARVALHO e ALBERTON, 2006), a responsabilidade social tem o mercado como foco, o compromisso com a qualidade, objetivando a satisfação dos clientes e dos valores dos acionistas, de modo a buscar o foco na produtividade, sem perder a visão estratégica, possuindo com isso funcionários

dedicados e que trabalham em equipe em prol do cultivo da sensibilidade para com as necessidades dos empregados e a comunidade com a qual se relaciona.

Carroll (1979, p. 499 apud OTT, ALVES e FLORES, 2009, p. 235) estabelece quatro categorias de responsabilidade social, que se voltam para: responsabilidade econômica, responsabilidade legal, responsabilidade ética e responsabilidade discricionária. “Essas quatro categorias não são mutuamente exclusivas, e nem pretendem retratar um contínuo com as preocupações econômicas de um lado e as preocupações sociais de outro. Além disso, elas não são nem cumulativas nem aditivas”.

As responsabilidades econômicas são fundamentais e a base para todas as demais, já que a instituição do negócio é a unidade econômica básica da sociedade, e como tal, tem a responsabilidade de produzir bens e serviços para vendê-los com lucro. No que diz respeito à responsabilidade legal, observa-se que a mesma configura-se como parte integrante do contrato social entre empresa e sociedade, uma vez que a sociedade espera que os negócios cumpram sua missão econômica dentro da estrutura de requisitos legais (OTT; ALVES; FLORES, 2009).

A responsabilidade ética, apesar de não ser necessariamente codificada em leis é esperada pelos membros da sociedade em relação às empresas, já que a sociedade possui expectativas acima dos requisitos legais em relação aos negócios. A responsabilidade discricionária ou voluntária é aquela em que os negócios têm a liberdade de assumir ou não, uma vez que não há imposição legal ou ética, além de não haver uma mensagem clara da sociedade neste sentido (OTT; ALVES; FLORES, 2009).

2.1.2 Governança corporativa como prática de responsabilidade social

A CVM (2002, apud GALLON; BEUREN e HEIN, 2008) instituiu a questão da governança corporativa, a definindo como um conjunto de práticas criadas com o propósito de otimizar o desempenho de uma organização, bem como proteger todas as partes interessadas (investidores, empregados e credores) e facilitar o acesso ao capital.

De acordo com o site do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2010), a governança corporativa representa um sistema que assegura ao sócio-proprietário o controle estratégico da empresa e a efetiva monitoração da diretoria executiva. A relação entre propriedade e gestão se dá através do Conselho de Administração, a Auditoria Independente e o Conselho Fiscal, instrumentos que atuam em prol do adequado exercício

do controle, de modo a garantir equidade aos sócios, transparência e responsabilidade pelos resultados.

Buscando valorar a organização e baseando-se no princípio da transparência, a Governança Corporativa avalia o modo como a empresa trabalha, de modo a atrair investimentos locais e acrescentando regras, com a finalidade de ganhar a confiança dos investidores, mostrando ser essa uma empresa responsável e comprometida com a adoção de práticas e modelos.

Ainda de acordo com o mesmo site do IBGC (2010), no Brasil, os conselheiros profissionais e independentes surgiram em resposta ao movimento pelas boas práticas de Governança Corporativa e à necessidade das empresas modernizarem sua gestão, visando tornarem-se mais atraentes para o mercado. O fenômeno foi acelerado pelos processos de globalização, privatização e desregulamentação da economia, que resultaram em um ambiente corporativo mais competitivo.

A preocupação da Governança Corporativa consiste em criar um conjunto eficiente de mecanismos, tanto de incentivos quanto de monitoramento, a fim de assegurar que o comportamento dos executivos esteja alinhado com o interesse dos acionistas. Por sua vez, as empresas ao aderirem às novas práticas de Governança Corporativa, buscam atender aos seus interesses próprios, visando ter uma imagem mais atraente ao mercado (IBGC, 2010).

As empresas ao aderirem às novas práticas de Governança Corporativa, buscaram seus interesses próprios, visando ter uma imagem mais atraente ao mercado, gerando assim, em uma competição acelerada entre as mesmas. E atualmente, anseiam manter um controle rígido do comportamento dos executivos sempre superando o conflito de agência

2.2 Balanço social

No decorrer dos anos 60 surgiram as primeiras informações sociais voltadas à necessidade da sociedade, observando-se uma menor preocupação com aspectos financeiros das empresas, dando início ao processo de elaboração do Balanço Social.

Ainda nos anos 60, segundo o site do IBASE, nos EUA e na Europa, o repúdio da população à Guerra do Vietnã deu início a um movimento de boicote à aquisição de produtos e ações de algumas empresas ligadas ao conflito. A sociedade exigia uma nova postura ética e diversas empresas passaram a prestar contas de suas ações e objetivos sociais, com a

elaboração e divulgação anual de relatórios com informações de caráter social, que culminaram com a criação do Balanço Social.

Medeiros e Reis (2009) afirmam que dessa forma, desenvolveram-se modelos mais bem elaborados para o Balanço Social nos anos 70, sendo iniciado esse processo na América do Norte e na Europa, principalmente nos EUA, na França, na Bélgica, em Portugal e na Inglaterra.

Com isso, problemas e conflitos internos dos trabalhadores foram solucionados através de remunerações mais adequadas, em que se busca melhores condições de trabalho, sendo usados de preferência para medir a influência da empresa no meio externo, levando as empresas a questionarem pontos como a questão da contaminação do ar e da água e o esgotamento das matérias-primas (MEDEIROS e REIS, 2009).

Nessa época, por volta dos anos 80, iniciou-se uma cobrança maior da sociedade em relação às organizações sobre suas atuações sociais, de modo a observar quais informações deveriam ser divulgadas em prol do bem estar das empresas, bem como tentando alcançar as expectativas da área social.

Diante disso, cada vez mais, foram aprimorando e tentando solucionar as questões que desagradavam aos colaboradores, com o intuito de ajudar de alguma forma a sociedade, como também, demonstrar seu interesse em estar socialmente responsável junto da mesma.

Face ao exposto, Medeiros e Reis (2009, p. 42) afirmam que “Como forma de evidenciar suas atuações no campo social, a empresa SINGER elaborou e divulgou, em 1972, o que se pode chamar de primeiro Balanço Social (Bilan Social) das empresas classificadas como um marco na história dos Balanços Sociais”.

Tinoco (2001) comenta que por meio da Lei n.º 77.769, de 12 de julho de 1977, editada na França, é que se publicou pela primeira vez uma regulamentação voltada à elaboração do Balanço Social de uma empresa. Nesse sentido, Freire e Silva (2001) afirmam que após a criação em 1977, em nível nacional, da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE), essa idéia também começou a ser discutida no Brasil.

Medeiros e Reis (2009) comentam que foi criado pelo Decreto-Lei n.º 76.900, de 23 de dezembro de 1975, o primeiro tipo de relatório voltado ao âmbito social, o Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), que se apresenta com elaboração e divulgação obrigatórias para todas as empresas ou pessoas, que tiveram algum assalariado na condição de

empregadores, por qualquer período de tempo, no ano da declaração, através de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou pelo Regime Jurídico Único (RJU).

Segundo o site do IBASE no Brasil a idéia começou a ser discutida na década de 70, mas só nos anos 80 foi que surgiram os primeiros balanços sociais das empresas, sendo que a partir da década de 90, corporações de diferentes setores passaram a publicar o Balanço Social anualmente. Desta forma, o Balanço Social da Nitrofertil, empresa estatal situada na Bahia, que foi realizado em 1984, sendo esse considerado o primeiro documento brasileiro do gênero, denominado atualmente de Balanço Social.

Betinho foi o pioneiro na discussão de relatórios corporativos com enfoque social no Brasil. Essa trajetória foi crescendo progressivamente, fazendo parte da realidade de alguns países e chegando até ao Brasil, de modo a revolucionar a realidade brasileira, tornando-se referência para o desenvolvimento econômico, haja vista que tais mudanças implicaram em uma transformação de pensamentos e culturas nas organizações.

Medeiros e Reis (2009) afirmam que a partir de 1997, através do sociólogo Herbert de Souza, debates sobre o Balanço Social começaram a surgir, através de campanhas para sua elaboração e publicação, iniciando com um artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, intitulado Empresa Pública e Cidadã, Herbert de Souza, 26 de março de 1997.

Segundo Medeiros e Reis (2009), no ano de 1998, o IBASE lançou o Selo Balanço Social IBASE/Betinho, com o intuito de estimular as corporações a elaborarem e divulgarem o Balanço Social, atendendo ao modelo criado pelo Instituto.

Por sua vez, a partir do ano de 2010 o IBASE não mais atualizará seu modelo de Balanço Social, haja vista que o Instituto compreende que após 13 anos buscando a transparência das empresas por meio do balanço social, que esta ferramenta já se encontra amplamente difundido entre as entidades que promovem a responsabilidade social corporativa no Brasil.

Para Tinoco (2001) observa-se que outras classificações poderiam ser apresentadas, mas que estas se tornam mais importantes, sendo suficientes para a análise de informações que se buscam para a divulgação, destacando o ativo pessoal, que se torna valioso.

Nesse sentido, faz-se necessário focar na apresentação de informações mais úteis, ou seja, que possam contribuir no processo de tomada de decisão, bem como no desenvolvimento dos indicadores de Balanços, sendo estes, vistos como estabilizados em relação a sua forma e modelos.

O Balanço Social é considerado bastante relevante na identificação e avaliação no envolvimento com a Responsabilidade Social, mesmo não sendo obrigatório, configura-se

como um dos principais relatórios sobre a posição da empresa, referente os seus diferentes públicos e características de relacionamento (IBASE, 2010).

Segundo Freire e Silva (2001, p. 124):

Balanço Social é um documento publicado anualmente, reunindo um conjunto de informações sobre atividades desenvolvidas por uma empresa, em promoção humana e social, dirigidas a seus empregados e à comunidade na qual está inserida. Nesse sentido, é um instrumento valioso para medir o desempenho do exercício da responsabilidade social em seus empreendimentos.

Sendo assim, através do Balanço Social, as organizações podem monitorar as estratégias e tomadas de decisões que possam contribuir para o resultado dos fatores externos e internos, de modo a encontrar alternativas favoráveis em relação às ações sociais, problemas ambientais e dados de cada funcionário da empresa.

Para Tinoco (2001, p. 14), o "Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, entre estes os funcionários".

As informações contidas devem ser transmitidas de forma clara e objetiva, de modo que qualquer pessoa possa ler e entender as informações contidas nesse instrumento de evidenciação, sabendo que o mesmo é divulgado de modo a atender as necessidades da sociedade, que talvez não tenham o conhecimento técnico necessário sobre o assunto.

Freire e Rebouças (2001, p. 69) comentam que:

O balanço social pode ser considerado como uma demonstração técnico gerencial que engloba um conjunto de informações sociais da empresa, permitindo que os agentes econômicos visualizem suas ações em programas sociais para os empregados (salários e benefícios), entidades de classe (associações, sindicatos), governo (impostos) e cidadania (parques, praças, meio ambiente, etc.).

Por sua vez, de acordo com Iudícibus et al. (2000, p. 31), "o Balanço Social busca demonstrar o grau de responsabilidade social assumido pela empresa e assim prestar contas à sociedade pelo uso do patrimônio público, constituído dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir dos benefícios da sociedade em que atua".

Nesse sentido, o Balanço Social é visto pela sociedade como uma ferramenta que apresenta um leque variado de informações úteis aos interessados em saber mais sobre a mesma e assim poder tirar suas conclusões. Da mesma forma, apresenta-se também como um instrumento importante na prestação de contas junto à sociedade, de modo que a mesma possa avaliar como a empresa está distribuindo ou investindo seus lucros, bem como que tipo de responsabilidade a mesma tem com sua população.

2.2.1 Objetivos do Balanço Social

Segundo Iudícibus et. al. (2003) o Balanço Social tem por objetivo demonstrar o resultado da interação com o meio em que está inserida, possuindo quatro vertentes: o Balanço Ambiental, o Balanço de Recursos Humanos, Demonstração do Valor Adicionado e Benefícios e Contribuições à Sociedade em Geral.

A função principal desse demonstrativo consiste em tornar pública a responsabilidade social empresarial, construindo maiores vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente. Nesse sentido, os indicadores desenvolvidos pelo IBASE permitem que a própria empresa faça análises comparativas de seu desempenho ao longo do tempo ou entre outras do mesmo setor, tornando a sociedade e o mercado grandes influenciadores (MEDEIROS e REIS 2009).

Segundo Medeiros e Reis (2009, p. 62):

A publicação do Balanço Social apresenta como objetivo principal divulgar as atividades desenvolvidas pelas empresas no campo social, sendo, portanto, um meio de informação aos diversos grupos sociais com os quais as organizações mantêm relações e que demonstra claramente quais as políticas praticadas e quais seus reflexos no patrimônio, evidenciando sua participação no processo de evolução social.

Todas as informações pertencentes ao Balanço Social tratam sobre o relacionamento da organização com a sociedade, em que uma depende da outra para cumprir com seus deveres junto a Contabilidade Social, identificando as atuações sociais durante o ano, a qualidade de seus empregados, a forma como estes se comportam, a interação com o meio ambiente.

Assim, destacam-se também como objetivos principais do Balanço Social Kroetz (2000, apud MEDEIROS e REIS, 2009):

- Abranger o universo das interações sociais entre clientes, fornecedores e associações;
- Governo, ampliando grau de confiança da sociedade na organização;
- Apresentar os investimentos no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias, contribuindo no processo de qualidade;
- Melhorar o sistema de controle interno, permitindo qualificar o ambiente organizacional, divulgando os objetivos e as políticas administrativas, julgando a administração não apenas em função do resultado econômico, mas também dos resultados sociais;
- Medir os impactos das informações, perante a comunidade dos negócios, sobre o futuro da entidade, a marca e a imagem do negócio;
- Servir como instrumento para negociações laborais;
- Verificar a participação do quadro funcional no processo de gestão.

Seguindo estes critérios observa-se que o Balanço Social revela-se como um instrumento útil, haja vista que seu foco não consiste apenas em publicar, mas em informar, ou seja, que estes conteúdos sejam úteis, capazes de satisfazer as necessidades dos usuários, causando entusiasmo no que se encontra, levando-os a tomar decisões, pois as qualidades de suas informações são mais importantes que a quantidade.

Kroetz (1999, apud BONATTO, MAUSS e MAGALHÃES, 2007) destaca que o Balanço Social, antes de ser uma demonstração endereçada à sociedade, pode ser considerado como uma ferramenta gerencial, haja vista que reúne dados qualitativos e quantitativos sobre as políticas administrativas e as relações entidade/ambiente que podem ser comparados e analisados por usuários internos, para fins de controle, bem como de auxílio para a tomada de decisões e de adoção de estratégias.

Antes mesmo que as informações cheguem à sociedade, estas são analisadas e discutidas pelo público interno, uma vez que seus resultados contribuirão para uma auto-análise dela mesma, observando tanto os pontos positivos como aqueles que se devem melhorar, servindo como um meio gerencial em decisões futuras, bem como chegando aos interessados como forma de melhorar.

2.2.2 As vertentes do Balanço Social

Segundo Iudícibus et al. (2003, p. 33):

O Balanço Social tem por objetivo demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida. Possui quatro vertentes: o Balanço Ambiental, o Balanço de Recursos Humanos, Demonstração do Valor Adicionado e Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral.

Assim, observa-se que o Balanço Social influencia na relação estabelecida entre a empresa e a sociedade, haja vista que a mesma se torna uma ferramenta de grande valor aproximando-as na tentativa de mudar idéias passadas, verificando o que as empresas estão contribuindo em função da sociedade e seus funcionários.

Nesse sentido, as vertentes podem trazer benefícios para a organização, uma vez que as pessoas estão preferindo ser clientes de empresas com responsabilidade social que divulguem estas informações.

2.2.2.1 O Balanço ambiental

De acordo com Iudícibus et al. (2003, p. 33)

O Balanço Ambiental reflete a postura da empresa em relação aos recursos naturais, compreendendo os gastos com preservação, proteção, e recuperação destes; os investimentos em equipamentos e tecnologias voltados à área ambiental e os passivos ambientais. Poderá ainda ter características físicas como, por exemplo, descrição das quantidades comparativas de poluentes produzidos de um período a outro, acompanhadas dos parâmetros legais.

Esta vertente se preocupa com a parte ambiental da empresa, observando como que a empresa está gastando seus recursos, quais os pontos que está causando desgaste e impactos à sociedade, de modo a se responsabilizar com os danos que possam está causando a natureza.

Por sua vez, percebe-se que os problemas globais do meio ambiente são sérios e estão piorando com o passar do tempo. A Organização das Nações Unidas (ONU, ano apud

Carrol e Buchholtz (1999, apud PINTO e RIBEIRO, 2004) identificou como principais problemas ambientais globais: a questão da diminuição da camada de ozônio; o aquecimento global; a existência de resíduos sólidos e tóxicos; a degradação dos ambientes marinhos; a qualidade e quantidade de água potável; o desmatamento; a degradação do solo; e o risco da diversidade biológica.

Nesse sentido, Ribeiro (1998, p. 35 apud PINTO e RIBEIRO, 2004) faz a seguinte reflexão ao captar, do meio ambiente, recursos naturais renováveis ou não:

A empresa está se utilizando do patrimônio da humanidade. Tais recursos, quando não consumidos totalmente e devolvidos de forma deteriorada, afetam negativamente o patrimônio natural, via redução do volume de água potável, do nível de qualidade do ar, da diminuição da área de terras habitáveis ou cultiváveis, restringindo, portanto, as condições de vida das gerações futuras, e até mesmo da presente. E, quando consumidos total e indiscriminadamente, provocam sua extinção.

Face ao exposto, se as empresas não se preocuparem com a forma com que buscam angariar lucros, e nem com os possíveis danos que elas possam causar com suas atividades, quem sofrerá as conseqüências será o meio ambiente, e este deve ser preservado, pois a população deve ter uma conscientização de seu forte papel como influenciador de bons atos.

2.2.2.2 *O Balanço de recursos humanos*

Segundo Ludícibus et al. (2003, p. 33), o Balanço de recursos humanos:

Visa evidenciar o perfil da força de trabalho: idade sexo, formação escolar, estado civil, tempo de trabalho na empresa etc.; remuneração e benefícios concedidos: salários, auxílios alimentação, educação, saúde, transporte etc.; gastos com treinamento dos funcionários. Esses dados podem ser confrontados com diversos elementos, inclusive com a produtividade ao longo dos períodos.

Nesse sentido, cada dado exposto aqui serve para traçar um perfil da empresa como um todo, identificando que tipo de empregados ela possui, o nível de capacidade e características importantes na produção, em que a empresa poderá observar seus pontos

positivos e negativos, precisando melhorar ou investir, de modo a objetivar um aumento em sua produtividade.

Conforme trata Kraemer e Tinoco (2008, p. 96), normalmente os recursos humanos são divulgados, como segue:

- Remuneração e outros benefícios (custos com pessoal);
- Formação profissional e desenvolvimento contínuo;
- Condições de higiene e segurança no trabalho;
- Relações profissionais;
- Outras condições de vida dependentes da empresa;
- Absenteísmo e turn-over.

Conforme trata Tinoco (2008, p. 44):

Para vários pesquisadores do campo econômico e social, num sentido bem amplo de medida, a empresa é o seu pessoal. Elaborar o Balanço Social representa para esses estudiosos estabelecer e explicitar as relações existentes entre o pessoal e a entidade para a qual trabalham.

Nesse sentido, faz-se necessário observar uma relação mais estreita entre o pessoal e a entidade, assim a organização poderá identificar as possíveis falhas, como também conhecer sua base, que é através desta que se pode observar o cartão postal da empresa, que se caracteriza como uma linha de frente, merecendo assim inteira atenção e valorização em suas políticas que auxiliem em seu trabalho, de modo a contribuir para uma melhor formação profissional.

2.2.2.3 *Demonstração do valor adicionado*

Segundo Zanluca (2007) a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) representa um instrumento contábil que evidencia, de forma sintética, os valores correspondentes à formação da riqueza gerada pela empresa em determinado período, e por se tratar de um demonstrativo contábil, suas informações devem ser extraídas da escrituração, com base nas Normas Contábeis vigentes, tendo como base o Princípio da Competência.

Por sua vez, de acordo com Zanluca (2007) a utilização do DVA como ferramenta gerencial pode ser resumida da seguinte forma:

- 1) Como índice de avaliação do desempenho na geração da riqueza, ao medir a eficiência da empresa na utilização dos fatores de produção, comparando o valor das saídas com o valor das entradas, e;
- 2) Como índice de avaliação do desempenho social à medida que demonstra, na distribuição da riqueza gerada, a participação dos empregados, do Governo.

Nesse contexto, a DVA apresenta-se como uma importante ferramenta na medição de riqueza e cada índice determina uma avaliação de seus indicadores, respondendo a sociedade em que momentos a empresa está investindo e obtendo as informações necessárias para a tomada de decisão, visualizando assim suas contribuições para com o desempenho global da empresa.

Com isso, Ludícibus et al. (2003, p. 34) afirma que “a Demonstração do Valor Adicionado objetiva evidenciar a contribuição da empresa para o desenvolvimento econômico-social da região onde está instalada. Discrimina o que a empresa agrega de riqueza à economia local e, em seguida, a forma como distribui tal riqueza”.

Para Tinoco (2008, p. 65):

Uma das formas que ampliam a capacidade de se analisar o desempenho econômico e social das organizações é pelo valor econômico que é agregado aos bens e serviços adquiridos de terceiros. Valor este denominado de Valor Adicionado ou Valor Agregado (valor total da produção de bens e serviços de determinado período, menos o custo dos recursos adquiridos de terceiros, necessários a essa produção), bem como a forma pela qual este está sendo distribuída entre os diferentes grupos sociais que interagem com suas atividades.

Nesse sentido, Freire e Silva, (2001, p. 105) informam que:

A DVA tem a finalidade de proporcionar uma identificação da riqueza gerada exclusivamente por ela mesma, demonstrando a riqueza recebida por transferência, e apresentando um mapeamento de como essas riquezas são distribuídas de forma que se possam identificar seus principais benefícios: empregados (em forma de salários), governo (em forma de tributos), financiamentos externos (em forma de pagamentos de dívidas), acionistas (em forma de lucros) e empresas (em forma de retenção de lucros).

Tinoco (2008) acrescenta que atualmente, algumas empresas já vêm publicando a Demonstração do Valor Adicionado Bruto no Brasil, sendo as pioneiras, a Telebrás e suas controladas e o Banespa (1992), (sendo um banco extinto, servindo apenas como referencial histórico neste marco) e estando esses elementos apontados junto ao Relatório de Administração ou das Notas Explicativas, não sendo expostas a auditoria ou outro procedimento de controle.

A DVA não contradiz a tradicional demonstração do resultado do exercício, que está mais direcionada ao resultado líquido da empresa, tratando-se de uma visão diferente da DVA, uma vez que busca identificar os elementos que podem contribuir na geração de riquezas.

2.2.2.4 *Benefícios e contribuições à sociedade em geral*

Segundo Ludícibus et. al. (2003, p. 34), "Tem-se a evidenciação do que a empresa faz em termos de benefícios sociais como contribuições a entidades assistenciais e filantrópicas, preservação de bens culturais, educação de necessitados etc."

A busca pela conquista de espaço, reconhecimento e respeito levam as empresas a se envolverem com problemas sociais locais, intencionando contribuir ou trazer benefícios a população local, até mesmo seus funcionários, sendo estes, direcionados segundo novos padrões organizacionais, ou seja, mudanças que na atuação empresarial são exigidas por uma efetiva responsabilidade social.

Dessa forma, torna-se uma obrigação o desenvolvimento de atitudes voltadas a Responsabilidade Social das empresas, bem como o comprometimento delas junto da população, podendo demonstrar como são direcionadas suas riquezas em prol da comunidade, sendo evidenciado no Balanço Social dentro dos Indicadores Sociais Externos, transformando estas atitudes éticas no desenvolvimento e formação de uma consciência moral por parte das empresas, que passam a entender um pouco mais sobre a importância de seus papéis sociais.

2.2.3 Por que fazer e para quem divulgar o Balanço social

De acordo com o IBASE (2010):

Ser justo, bom e responsável já é um bem em si mesmo. O balanço social traz um diferencial para a imagem da empresa que vem sendo cada vez mais valorizado por investidores e consumidores no Brasil e no mundo. Porque diminuí os riscos... Num mundo globalizado, onde informações sobre empresas circulam mercados internacionais em minutos, uma conduta ética e transparente tem que fazer parte da estratégia de qualquer organização nos dias de hoje. Porque é um moderno instrumento de gestão... O balanço social é uma valiosa ferramenta para a empresa gerir, medir e divulgar o exercício da responsabilidade social em seus empreendimentos.

Por sua vez, atualmente o Balanço Social tornou-se um instrumento de evidencição importante, haja vista que marca uma época de atualizações no mercado, bem como de investimentos, em que as empresas o observam como ponto positivo, capaz de contribuir para o desenvolvimento econômico, sendo o mesmo útil no processo de gestão ambiental.

Conforme trata Kraemer e Tinoco (2008, p. 263), "o objetivo da evidencição é o de divulgar informações do desempenho econômico, financeiro, social e ambiental das entidades aos parceiros sociais, os stakeholders, considerando que os demonstrativos financeiros e outras formas de evidencição não devem ser enganosos".

Nesse sentido, Karkotli (2007) comenta que quando o alcance dos objetivos das organizações afeta ou é afetado por qualquer grupo ou indivíduo, deve ser denominado de stakeholders.

A evidencição está voltada para a informação de todos os dados da empresa, sejam eles positivos ou negativos e relevantes para seus usuários, tornando claro tudo que está relacionado às decisões da empresa, e principalmente para que estas informações venham a ser fidedignas, passando uma maior credibilidade para quem as utilizar. Portanto, quando a empresa passa a valorizar seu papel junto à natureza e o meio ambiente, preocupando-se com estes, sua imagem diante da opinião pública tende a apresentar conotação diferenciada, mostrando sua participação com as causas sociais.

Segundo Campos (1992, p. 1-2, apud TINOCO, 2008, p. 32) "o grande objetivo das organizações humanas é atender às necessidades do ser humano, na sua luta pela sobrevivência, na Terra, produzindo produtos e serviços de qualidade, que atendam de forma confiável, acessível, segura e no tempo certo às necessidades dos clientes".

Para Hendriksen e Van Breda (1999, p. 512), "a responsabilidade de divulgação que identificamos é genérica, destinada a informar em caráter geral todos os usuários além de encarregados do controle e da gestão da organização. Em síntese, nos preocupamos com relatórios de finalidades genéricas, destinadas a aplicações gerais".

Por sua vez, são inúmeros os grupos de usuários que se destinam a utilização do Balanço, em que as empresas se preocupam em satisfazer a necessidade do cliente, buscando meios estratégicos que o faça sair satisfeito, bem como fazendo com que a evidenciação ganhe importância, tendo a responsabilidade de chegar ao usuário de forma legítima, clara, ampla e não específica.

Segundo Tinoco (2008, p. 33):

A Contabilidade precisou e precisa constantemente dotar-se de conhecimentos, ferramentas, enfim, de todo um arcabouço conceitual, para bem poder responder a seus desideratos internos e externos (inclusive contabilizar adequadamente os recursos humanos, reconhecendo a importância que esses recursos têm para as entidades, pois sem eles não há produção, nem continuidade, nem resultados, nem ativos).

Conforme trata Freire e Silva (2001), o balanço social favorece a todos os grupos que interagem com a empresa, como pode ser observado no Quadro 2:

Quadro 2 – Beneficiários do Balanço Social

GRUPO	TIPO DE FAVORECIMENTO
Dirigentes	Fornece informações úteis à tomada de decisões quanto aos programas sociais que a empresa desenvolve, tornando-se um instrumento de gestão.
Trabalhadores	Que são os produtivos, suas expectativas são percebidas pela empresa de maneira sistematizada e qualificada.
Fornecedores e investidores	As responsabilidades quanto a seus recursos humanos são informadas pelas empresas, identificando como a mesma é administrada.
Consumidores	Imagina o nível de dirigentes da companhia, associando-se à qualidade do produto ou serviço que a empresa oferece.
Estado	Ajuda na informação de políticas públicas.

Fonte: Adaptado de Freire e Silva (2001).

Contudo, o tipo de informação que se deseja ter, diverge entre os usuários, pois estes possuem opiniões e culturas diferentes, tendo assim a necessidade de atender a essas informações, apresentando um conteúdo diversificado, e os usuários passam a ter o Balanço Social como uma espécie de cardápio, em que irão constatar todas as informações

possíveis e detalhadas da empresa, favorecendo a todos os grupos que interagem com a mesma.

Para Silveira Filho e Frei (2001 apud IUDÍCIBUS et al., 2009), muitos investidores acreditam que a obrigatoriedade seria boa, pois criaria certo compromisso do empresário com a comunidade, tornando mais transparentes as suas ações.

Com a aprovação da Lei Federal nº 11.638, em 28 de dezembro de 2007, tornou compulsória a elaboração e divulgação do Demonstrativo de Valor Adicionado para as companhias abertas, e o Balanço Social passa também a ter esse caráter, uma vez que a DVA é parte integrante do Balanço Social (IUDÍCIBUS et al., 2009).

Para informações do IBASE (2010) "O campo é vasto e várias empresas já estão trilhando esse caminho. Realizar o Balanço Social significa uma grande contribuição para consolidação de uma sociedade verdadeiramente democrática."

Por sua vez, apesar do Balanço Social não ser obrigatório, torna-se uma forma confiável da empresa mostrar sua responsabilidade e compromisso junto à sociedade, de modo a transmitir em seu papel social junto aos usuários, contribuindo também para a formação de uma cultura voltada a transparência e legitimidade de suas informações.

2.2.4 Modelos e estrutura do Balanço social

No Brasil as empresas costumam adotar três modelos de Balanço Social propostos pelo: Instituto ETHOS, IBASE, Global Reporting Initiative (GRI – Iniciativa Global para Apresentação de Relatórios), que possuem pequenas diferenças e tem em comum os aspectos internos e externos relacionados à empresa, visando assim à divulgação de informações econômicas, sociais e ambientais.

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social representa uma organização não-governamental criada com a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa, contando com mais de 1300 empresas associadas, de diferentes portes e setores (ETHOS, 2006).

O modelo de balanço social proposto pelo IBASE foi desenvolvido em 1997, e trata-se de um demonstrativo numérico sobre as atividades sociais da empresa em forma de tabela, apresentada em uma única página, compreendendo que a simplicidade do modelo facilita o

envolvimento do maior número de corporações, de utilidade pública federal, sem fins lucrativos, sem vinculação religiosa e a partidos políticos, tendo a missão da construção da democracia, combatendo desigualdades e estimulando a participação cidadã (IBASE, 2008).

A GRI (2006) foi lançada em 1997 como uma iniciativa, conjunta da organização não-governamental Ceres (Coalition For Environmentally Responsible Economies – Coalização por Economias Ambientalmente Responsáveis) e do Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) com o objetivo de melhorar a qualidade, o rigor e a aplicabilidade dos relatórios de sustentabilidade.

Esses modelos surgiram com a intenção de apresentarem um Balanço Social justo e de credibilidade, voltado para o compromisso com a responsabilidade social, propondo planilhas para melhor desenvolverem informações úteis em uma política de gestão reveladora.

O Balanço Social publicado pelas organizações deve privilegiar a transparência, deixando de ser apenas um demonstrativo numérico para se tornar um elemento que possui informações amplas, que se encontram ao alcance do entendimento dos seus usuários, possibilitando que se conheçam e valorizem os esforços efetuados pelas empresas no sentido de consolidar seu sucesso econômico, com a minimização dos impactos sociais e ambientais oriundos da sua atividade produtiva (MEDEIROS e REIS, 2009).

Para Medeiros e Reis (2009), a estrutura recomendada pelo Instituto Ethos para elaboração e divulgação do Balanço Social das empresas apresenta-se como consta no Quadro 3:

Quadro 3 – Estrutura da elaboração e divulgação do Balanço Social

APRESENTAÇÃO	PARTE I – A EMPRESA	PARTE II – A ATIVIDADE EMPRESARIAL	ANEXOS
01 – Mensagem do Presidente	04 – Histórico	08 – Visão	11 – Demonstrativo do Balanço Social (Modelo IBASE)
02 – Perfil do Empreendimento	05 – Princípios e Valores	09 – Diálogos com Partes Interessadas	12 – Iniciativas do Interesse da Sociedade (Projetos Sociais)
03 – Setor da Economia	06 – Estrutura e Funcionamento	10 – Indicadores de Desempenho (econômico, social e ambiental)	13 – Notas Gerais
APRESENTAÇÃO	PARTE I – A EMPRESA	PARTE II – A ATIVIDADE EMPRESARIAL	ANEXOS
	07 – Governança Corporativa		

Fonte: Adaptado de Medeiros e Reis (2009, p. 79).

A estrutura é útil para a padronização do Balanço Social, servindo como referência e apresentação para a sociedade, de modo a buscar resultados relevantes no processo de gestão das empresas. Sendo assim, cada item analisado torna-se interessante, haja vista que os dados nele contidos irão repassar a situação de cada empresa, merecendo destaque e atenção aos pequenos detalhes.

Ainda segundo Medeiros e Reis (2009, p.85):

A estrutura do Balanço Social, para que este seja utilizado como instrumento que contém informações úteis aos seus usuários e capaz de desencadear ações a todos os grupos que interagem com a empresa, deve permitir um acompanhamento do desempenho das organizações, possibilitando a confrontação entre o planejado e o realizado.

Para que as empresas cheguem ao objetivo esperado faz-se necessário que não se observe apenas o recebimento de informações, mas que estas possam ser acompanhadas ao longo do tempo, pois tais resultados podem ser alterados e os mesmos influenciarem na tomada de decisões devendo, portanto, passar por um período de confrontação, reconhecendo que são úteis até a finalização de suas ações.

O Balanço Social apesar de não ter um modelo padrão, cada empresa criam seus modelos específicos com o propósito de facilitar o entendimento de seus usuários. Por sua vez, dentre os modelos mas utilizados tem-se o do IBASE, que é uma instituição criada há vinte cinco anos e que passou a ser conhecida pela sociedade nos últimos anos, por suas ações voltadas ao aumento do número de empresas que publicam o Balanço Social (CAVALCANTI, 2006).

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma entidade criada em 1998 com a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa (ETHOS, 2009).

Outro modelo utilizado é o apresentado pelo Global Reporting Initiative (GRI) organização não-governamental fundada em 1997, cuja missão é desenvolver e disseminar globalmente diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade utilizadas voluntariamente por empresas do mundo todo, com o objetivo de melhorar a qualidade, o rigor e a aplicabilidade

dos relatórios de sustentabilidade, auxiliando a organização relatora e suas partes interessadas a articular e compreender (RIBEIRO, 2005).

Divergindo os modelos acima, podemos observar que o IBASE, é divulgado em nível nacional e adotado por várias empresas por possuir uma linguagem mais clara e objetiva. A GRI, em nível internacional mais voltado para a área da sustentabilidade, enquanto que o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidades Social, sendo uma instituição mais ousada, mesclando o IBASE e a GRI.

2.2.5 Indicadores do Balanço Social

De acordo com Tinoco (2008, p. 40), "O balanço social procura ao máximo os indicadores disponíveis, nos diversos departamentos funcionais das organizações, e sua função básica é reunir esses indicadores e dar-lhes um tratamento adequado em termos de *disclosure* para os agentes sociais."

Contudo, Perottoni (2001 apud QUINTANA et al., 2007) elaborou uma relação de indicadores que segundo ele atenderiam as necessidades de todos os usuários, neste demonstrativo além das informações contábeis como Receita Líquida, Lucro Operacional, total da Folha de Pagamento e valor pago a Prestadores de Serviços (terceiros), ter-se-ia informações individualizada de diversos indicadores. Estes indicadores seriam agrupados em Indicadores Laborais, Indicadores Sociais e Indicadores do Corpo Funcional, como pode ser observado no Quadro 4.

Quadro 4 – Indicadores necessários aos usuários

INDICADOR	UTILIDADE
Indicadores Laborais	Iriam demonstrar os investimentos da empresa em sua força de trabalho e seus dependentes em: alimentação, transporte, remuneração, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, educação, participação dos lucros, treinamento e capacitação segurança no trabalho e outros benefícios
INDICADOR	UTILIDADE
Indicadores Sociais	Os investimentos da empresa na sociedade e no meio ambiente em: educação, cultura, saúde, esporte e lazer, meio ambiente e outros investimentos
Indicadores do Corpo Funcional	Apresentariam informações quantitativas e qualitativas da força

	de trabalho da empresa como: número de empregados no início e no fim do período, número de empregados portadores de deficiência, número de acidentes de trabalho, nível de escolaridade e outras informações
--	--

Fonte: Adaptado de Perottoni (2001, p. 111-112).

Por sua vez, os indicadores ambientais trazem informações relacionadas à responsabilidade ambiental da empresa, englobando investimentos em tecnologias antipoluentes, como máquinas, equipamentos, instalações (RIBEIRO e LISBOA, 1999 apud BARBOSA, 2005).

Os indicadores fazem parte de uma gama de informações que devem está expressas nos Balanços Sociais, influenciando assim na busca de resultados sobre a situação da empresa, de modo a apontar os itens que merecem maior destaque e atenção, pois os mesmos irão falar sobre a situação em que se encontra a organização.

De acordo com Medeiros (2009), a estrutura dos indicadores possibilitam a uniformização do Balanço Social, sendo usado de ferramenta como referência e de apresentação de resultados relevantes da gestão da organização para usuários das informações.

Esses indicadores de desempenho podem ser divididos em três categorias, quais sejam: Indicadores de Desempenho Econômico, Social e Ambiental. Mas as empresas também podem elaborar outros indicadores, conforme a necessidade, dando assim uma maior transparência às atividades analisadas.

Indicadores de desempenho econômico, de acordo com Medeiros (2009), evidenciam os impactos econômicos da organização complementando as informações nas Demonstrações Contábeis convencionais, descrevendo os impactos que afetam direta ou indiretamente o país na geração e distribuição de riqueza por parte das empresas.

Ainda segundo Medeiros (2009) os Indicadores de desempenho social expressam os impactos das atividades exercidas pela empresa em relação a funcionários, fornecedores, clientes, comunidade, governo e sociedade em geral. A transparência e o bom desempenho podem afetar positivamente a imagem corporativa junto ao mercado.

Por sua vez, os indicadores de desempenho ambiental dão sua participação neste contexto, haja vista que de acordo com Medeiros (2009), evidenciam impactos causados pela organização no meio ambiente, demonstrando também as ações realizadas para manutenção e melhoria das condições ambientais, minimizando ações agressivas e propagando conhecimentos.

3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como já descrito no transcorrer deste trabalho, a divulgação de elementos que contemplem variáveis sociais tais como, os aspectos ambientais, recursos humanos, distribuição do valor criado pela empresa e benefícios e contribuições oferecidas à sociedade no geral, vêm se apresentando como um diferencial frente ao mercado competitivo, que causai efeitos nos preços das ações das empresas que contemplam em sua estrutura de transparência, informações de cunho social.

A análise foi descrita abaixo, se deu em relação à evidenciação das vertentes do Balanço Social nos Relatórios Anuais da Natura Cosméticos S/A, observando o período de 2005 a 2009, em termos dos aspectos quantitativos de divulgação das quatro vertentes do Balanço Social, que a referida empresa utiliza como modelo o do IBASE.

3.1 Publicação de itens da primeira vertente do Balanço social (aspectos ambientais)

Uma empresa ambientalmente responsável deve cumprir com o que determina a primeira vertente do Balanço Social, de modo a gerenciar as suas atividades de maneira a identificar os impactos sobre o meio ambiente, reduzindo aqueles que são negativos e ampliando os positivos. Deve, agir para a manutenção e a melhoria das condições ambientais, minimizando ações próprias e potencialmente agressivas ao meio ambiente, de modo a disseminar para outras empresas as práticas e os conhecimentos adquiridos na experiência da gestão ambiental.

Dessa forma, a partir da leitura dos relatórios anuais da Natura, foi possível observar que a sua política de meio ambiente contempla a responsabilidade para com as gerações futuras, enfatizando a educação ambiental e o gerenciamento dos impactos ao meio ambiente, garantindo assim a sua sustentabilidade.

Neste sentido, com o objetivo de investigar se a Natura evidencia informações voltadas para a primeira vertente do Balanço Social, que são informações de caráter ambiental, foram selecionados 26 itens, tidos como essenciais pelo IBASE: clientes ambientais, créditos por acessória ambiental, insumos ambientais, subvenções a receber, embalagens ambientais, estoques de matérias-primas ambientais, estoques de produtos em processo ambiental, estoques de produtos ambientais acabados, estoques de produtos reciclados, florestamento para proteção ambiental, reflorestamento para proteção ambiental, participação em fundos

de investimentos ambientais, reserva florestal, equipamentos ambientais, filtros ambientais, florestamento ambiental, reflorestamento ambiental, depreciação ambiental acumulada, amortização ambiental acumulada, exaustão ambiental acumulada, pesquisas ambientais, programas de gestão ambiental, programas de educação ambiental, projetos de gestão ambiental, gastos de reorganização ambiental e outros itens relacionados ao balanço ambiental.

Por sua vez, se todos os itens sugeridos pelo IBASE para publicação fossem encontrados, ter-se-ia uma porcentagem de 100%, indicando com isso que todas as informações são evidenciadas, mas para encontrar o percentual de cada ano, dividiu-se a quantidade divulgada em cada ano pelo total de itens sugeridos.

Como mostra a Tabela 1, nos cinco anos analisados, em média 10,6 itens dos 26 foram divulgados pela Natura em seus relatórios anuais. O ano de 2009 apresentou uma maior divulgação dos itens totalizando 13 (insumos ambientais, subvenções a receber, embalagens ambientais, estoques de matérias-primas ambientais, estoques de produtos reciclados, florestamento para proteção ambiental, florestamento ambiental, pesquisas ambientais, programas de gestão ambiental, programas de educação ambiental, projetos de gestão ambiental, gastos de reorganização ambiental e outros itens relacionados ao balanço ambiental) dos 26 que deveriam ser informados.

O ano de 2007 foi o que menos publicou informações totalizando 8 (insumos ambientais, embalagens ambientais, estoques de matérias-primas ambientais, estoques de produtos reciclados, reflorestamento ambiental, amortização ambiental acumulada, programas de gestão ambiental e outros itens relacionados ao balanço ambiental) das 26 como recomendadas pelo IBASE.

As informações que mais foram constatadas nos relatórios anuais ao longo deste período estão relacionadas aos insumos ambientais consumidos pela empresa e aos programas de gestão ambiental, que são considerados pela literatura como itens relevantes sobre as questões ambientais. Contudo, verificou-se a ausência de evidenciação de informações quanto a clientes ambientais, créditos por assessoria ambiental, reflorestamento para proteção ambiental, filtros ambientais dentre outros, que são fundamentais no processo de evidenciação.

TABELA 1 – Descrição dos aspectos ambientais evidenciados pela Natura

ITENS RELACIONADOS AO BALANÇO AMBIENTAL					
PERÍODO	2005	2006	2007	2008	2009
QUANTIDADE DIVULGADA	12	10	8	10	13
PERCENTUAL	46%	38%	31%	38%	50%

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Quanto aos aspectos ambientais, observa-se no Gráfico 1 que a Natura evidenciou durante todo o período analisado informações voltadas para a Primeira Vertente do Balanço Social. Contudo, analisando temporalmente a evolução de divulgação de tais informações, observa-se que a empresa nos anos de 2006 e 2007 regrediu em termos de evidenciação de itens, em relação ao ano anterior, e que nos dois anos subsequentes houve evolução dando destaque ao ano de 2009 com um percentual de 50% dos 26 itens recomendados pelo IBASE, mostrando assim, que vem se preocupado com o meio ambiente, bem como em demonstrar em seus relatórios anuais os itens que os contemplem.

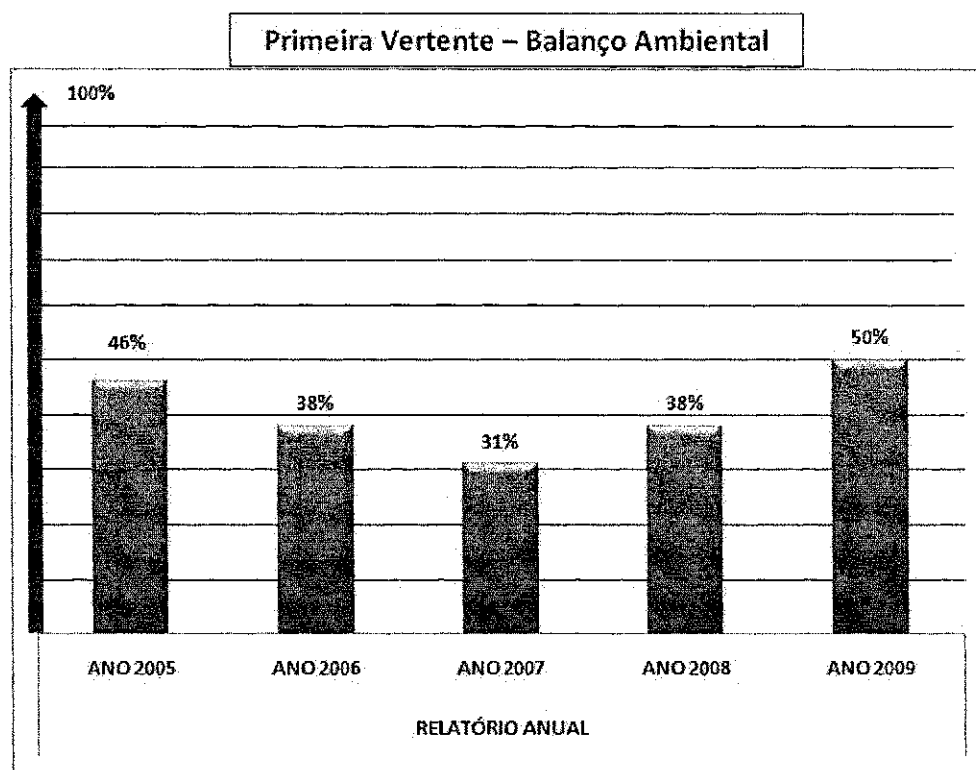


GRÁFICO 1 – Distribuição da evidenciação da primeira vertente por ano

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Por sua vez, com base nas informações colhidas dos relatórios anuais, constatou-se que quanto à postura da primeira vertente a Natura busca minimizar atividades que possam agredir ao meio ambiente e utiliza uma política ambiental que contempla a responsabilidade para com as gerações que virão, porém ainda é possível evoluir, buscando cada vez mais práticas responsáveis de proteção ao meio ambiente, bem como a publicação destas informações, assim garantirá sua sustentabilidade e o diferencial no mercado competitivo que se vivencia hoje.

3.2 Publicação de itens da segunda vertente do Balanço social (informações quanto aos recursos humanos)

A Política de Recursos Humanos, foco da segunda vertente do Balanço Social, deve contemplar o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal, bem como coibir o trabalho infantil e garantir liberdade de reunião e associação. Deve estabelecer também condições equitativas de trabalho e de salário, bem como proteções sociais, que incluam alimentação e assistência médica especiais à maternidade e à infância. Além disso, deve procurar dar condições para que se cumpra o direito universal à educação, seja por meio da concessão de bolsas de estudo, seja pela capacitação de seus colaboradores e familiares.

Com isso, na intenção de verificar se a Natura evidencia questões relacionadas aos recursos humanos, foram extraídos do IBASE 19 itens relacionados à segunda vertente do Balanço Social: nº de empregados (as) ao final do período, nº de admissões durante o período, nº de empregados(as) terceirizados(as), nº de estagiários(as), nº de empregados(as) acima de 45 anos, nº de mulheres que trabalham na empresa, % de cargos de chefia ocupados por mulheres, nº de negros(as) que trabalham na empresa, nº de negros(as) que trabalham na empresa, % de cargos de chefia ocupados por negros(as), nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais, programa de treinamento de funcionários, faixa de salários por cargo, benefícios concedidos à funcionários, relação entre a maior e a menor remuneração na empresa, número total de acidentes de trabalho, padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho, informações quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), informações quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário e outros itens relacionados ao Balanço de RH.

Para encontrar os percentuais da Tabela 2, dividiu-se a quantidade divulgada em cada ano (15, 10, 12, 15 e 13 respectivamente) por 19 que corresponde à quantidade de itens relacionados na segunda vertente, e com isso observa-se que nos cinco anos analisados, em média 13 itens dos 19 foram publicados pela Natura em seus relatórios anuais.

Além disso, constatou-se ainda que os anos de 2005 e 2008 apresentassem uma maior evidenciação dos itens totalizando 15 cada dos 19 que deveriam ser informados, bem como que no ano de 2006 evidenciou-se um menor número de informações relacionadas a quarta vertente, totalizando 10 das 19 como recomenda o IBASE.

Dentre os itens mais freqüentes nos relatórios anuais da Natura no período analisado estão relacionados a programas de treinamento de funcionários, benefícios concedidos, número de funcionários terceirizados, número de funcionários negros dentre outros. Contudo, verificou-se a ausência de evidenciação de informações quanto à participação de empregados em programas de trabalho voluntários que são informações consistentes a responsabilidade social da empresa.

TABELA 2 – Descrição dos aspectos voltados para os recursos humanos da Natura

ITENS RELACIONADOS AO BALANÇO AMBIENTAL					
PERÍODO	2005	2006	2007	2008	2009
QUANTIDADE DIVULGADA	15	10	12	15	13
PERCENTUAL	79%	53%	63%	79%	68%

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Em relação aos dados sobre os Recursos Humanos, observa-se no Gráfico 2 que a Natura evidenciou durante os cinco anos informações de tal caráter. No mesmo sentido, analisando temporalmente a questão evolutiva da divulgação das informações voltadas para a segunda vertente do Balanço Social, observa-se que nos anos de 2006 e 2007 a empresa regrediu em relação ao ano de 2005, em que junto com o ano de 2007 foram os que mais publicaram informações, com um percentual individual de 79% dos 19 itens pesquisados. Com isso, observa-se que a Natura tem a preocupação em relatar os fatos e eventos voltados para os recursos humanos da entidade, demonstrando assim boas práticas de responsabilidade social.

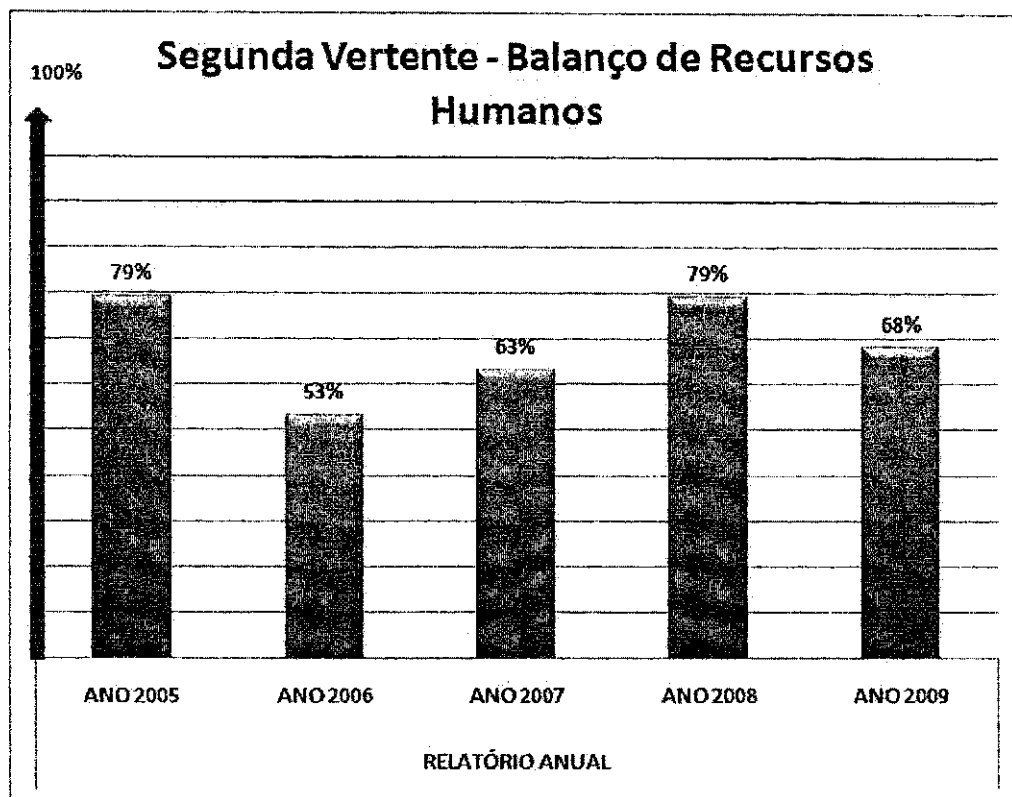


GRÁFICO 2 – Distribuição da evidênciação da segunda vertente por ano

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

A partir da análise feita nos relatórios anuais da Natura, entende-se que a mesma evidencia informações que refletem alguns aspectos relevantes abordados pela segunda vertente, porém estas por si só não são suficientes para o cumprimento das boas práticas de governança em relação aos elementos que compõe os recursos humanos da organização, uma vez que em apenas nos anos de 2005 e 2008 apresentou um percentual de divulgação razoavelmente considerável, porém nos demais anos deixou a desejar.

3.3 Publicação de itens da terceira vertente do Balanço social (distribuição do valor adicionado)

A distribuição do valor criado pela empresa é refletida na Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que se configura com informações de como foi criada a riqueza e como foi distribuída aos agentes que contribuíram para tal formação.

Nesse sentido, uma empresa socialmente responsável deve atender a Terceira vertente do Balanço Social, demonstrando a sociedade o quando de valor foi agregado à entidade em um período e como a distribuiu aos seus participantes. Vale salientar, que antes da alteração da Lei n.º 4.604/1976 dada pela Lei n.º 11.638/2007, a DVA era um demonstrativo facultativo de elaboração pelas entidades, porém com a alteração do art. 176 o referido demonstrativo passou a fazer parte do conjunto das demonstrações financeiras de caráter obrigatório a serem elaboradas pelas companhias abertas.

Dessa forma, com o objetivo de revelar se a Natura enfatiza a criação e distribuição de valor em seus relatórios anuais, foram selecionados cinco itens a partir do IBASE, tais como: distribuição do valor adicionado ao governo, distribuição do valor adicionado aos funcionários, distribuição do valor adicionado aos acionistas, distribuição do valor adicionado a terceiros e valor adicionado retido durante o período de 2005 a 2009.

Como mostra a Tabela 3, no período de 2005 a 2009, a média de itens relacionados à distribuição do valor criado pela empresa foi de cinco informações, ou seja, a Natura em todo período analisado evidenciou todos os itens que devem conter na terceira vertente do Balanço Social.

Observaram-se também nos relatórios, que além dos itens a serem contemplados na DVA, também foram considerados o conteúdo de relatórios específicos, o que faz perceber que a empresa tem uma maior atenção com esta vertente, uma vez que a mesma é obrigada a publicar a DVA, porém é facultativo a ela descrever em relatórios específicos variáveis deste demonstrativo.

TABELA 3 – Descrição dos aspectos voltados para a distribuição do valor criado pela Natura

ITENS RELACIONADOS AO BALANÇO AMBIENTAL					
PERÍODO	2005	2006	2007	2008	2009
QUANTIDADE DIVULGADA	5	5	5	5	5
PERCENTUAL	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

A Natura evidenciou em todo período analisado os 5 itens recomendados pelo IBASE, e com relação ao progresso na divulgação destas informações, as mesmas foram contempladas integralmente nos cinco anos, tal fato pode ser considerado uma boa prática de transparência dessa vertente, uma vez que buscou publicar o quanto a empresa gerou

de riqueza e como ela distribuiu esses recursos aos seus agentes que contribuíram para tal formação de forma clara e sem se limitar apenas na DVA.

Quanto a terceira vertente, a Natura atendeu a todos os usuários da DVA tais como: Governo, funcionários, acionistas e aos terceiros que também contribuirão para a criação de valor no período pesquisado.

3.4 Publicação de itens da quarta vertente do Balanço social (benefícios e contribuições a sociedade)

No cenário empresarial atual, as empresas que se preocupam com as questões sociais e que contribuem com a adoção de práticas incentivadoras para com a sociedade, têm um diferencial no mercado.

Nesse sentido, a quarta vertente do Balanço Social, enfatiza os benefícios e contribuições realizadas pelas empresas em prol da sociedade, sob o qual foram extraídos da base do IBASE seis itens essenciais sobre essa vertente, buscando, através da observação dos relatórios anuais da Natura, evidências quanto à ênfase a tais questões.

Diante disso, a Tabela 4 mostra que no período de 2005 a 2009, em média 4 itens dos seis foram divulgados pela Natura em seus relatórios anuais. O ano de 2009 foi o que mais publicou, totalizando 5 itens dos 6 (contribuições à educação, contribuições à cultura, contribuições à saúde e saneamento, incentivo ao esporte, combate à fome e segurança alimentar e outros itens relacionados a contribuições a sociedade em geral) recomendados pelo IBASE.

Contudo, o ano de 2006 foi o que menos evidenciou os itens relacionados a benefícios e contribuições a sociedade, totalizando 3 dos seis que deveriam serem contemplados. Para encontrar o percentual de cada ano, igualmente como as demais tabelas, dividiu-se a quantidade divulgada (4, 3, 4, 4 e 5) dos seguintes anos por seis, conforme mostra o instrumento de coleta descrito com as respectivas quantidades, que corresponde ao total de informações referentes a quarta vertente.

Os itens mais evidenciados nos relatórios anuais ao longo do período analisado foram: contribuições a educação e contribuições a cultura. Item como incentivo ao esporte em nenhum dos anos analisados foi constatado a presença de tal informação. Isso permite afirmar que possivelmente a empresa não contribui com projetos voltados para o esporte, onde deveria ser uma das contribuições mais relevantes, uma vez que tais práticas além de

fazerem bem a saúde fortalecem a educação reintegrando a sociedade aquela massa mais carente e fortalecendo, conseqüentemente, a imagem da empresa no mercado.

TABELA 4 – Descrição dos aspectos voltados para as contribuições e benefícios a sociedade

ITENS RELACIONADOS AO BALANÇO AMBIENTAL					
PERÍODO	2005	2006	2007	2008	2009
QUANTIDADE DIVULGADA	4	3	4	4	5
PERCENTUAL	67%	50%	67%	67%	83%

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Em relação a quarta vertente do Balanço Social, em que se aborda as contribuições e benefícios a sociedade, observa-se no Gráfico 4 que a Natura evidenciou em todo período analisado informações voltadas para esta vertente. Neste sentido, analisando o progresso temporal da publicação das informações dirigidas a quarta vertente, observa-se que no ano de 2006 a empresa regrediu em 17% em relação a 2005. Os demais anos permaneceram com o nível de evidenciação constante, exceto o ano de 2009, em que foram publicados 83% dos seis itens pesquisados.

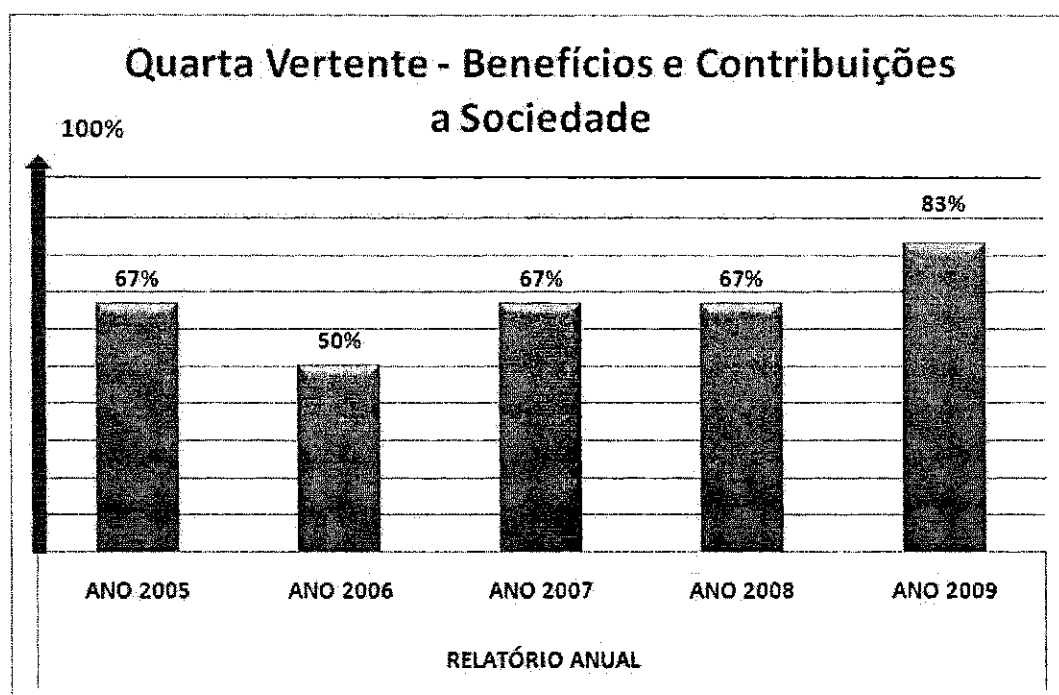


GRÁFICO 3 – Distribuição da evidenciação da quarta vertente por ano

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

A partir dos dados entende-se que a Natura permanece em uma escala estável em relação aos anos de 2005, 2007 e 2008, apesar de ter baixado seu índice no ano de 2005, e cujo percentual não interferiu em seu desempenho, pois se mostrou progredindo nos anos subsequentes, o que demonstra um grande interesse da empresa sobre esta vertente, comprovando assim, que a mesma se interessa pelos problemas sociais e contribui através de suas riquezas com o desenvolvimento sócio-econômico da população, já que em 2009 temos um percentual superior aos anos anteriores.

3.5 Publicação de itens por vertente do Balanço social

Como descrito no decorrer deste trabalho, o Balanço Social contempla quatro vertentes, conforme trata Iudícibus, Martins e Gelbcke (2003) no Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. Estas quatro vertentes são traduzidas em Balanço Ambiental, Balanço de Recursos Humanos, os Benefícios e Contribuições para a Sociedade e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

A evidenciação destas vertentes proporciona aos usuários uma visão geral sobre o que a empresa vem realizando junto ao meio ambiente, funcionários, sociedade em geral e distribuição da riqueza na atividade econômica.

Nesse sentido, o Gráfico 5 mostra os resultados da evidenciação por vertente pela Natura no período de 2005 a 2009 em seus relatórios anuais, em que é possível constatar que a terceira vertente, que trata da distribuição do valor adicionado, foi a mais divulgada neste período, atingindo o percentual de 100%, tal estatística se justifica pelo fato da Natura, por ser uma empresa de capital aberto, possuir a obrigatoriedade de elaborar e publicar a DVA que é o demonstrativo que traduz de forma objetiva a terceira vertente.

A vertente que menos foi evidenciada foi à primeira, que trata dos aspectos ambientais, com um percentual de 41% em todo período analisado. A segunda e quarta vertente, que tratam do balanço dos recursos humanos e benefícios e contribuições a sociedade, respectivamente, foram evidenciadas com um percentual de 68% para a segunda vertente e 67% para a quarta vertente.

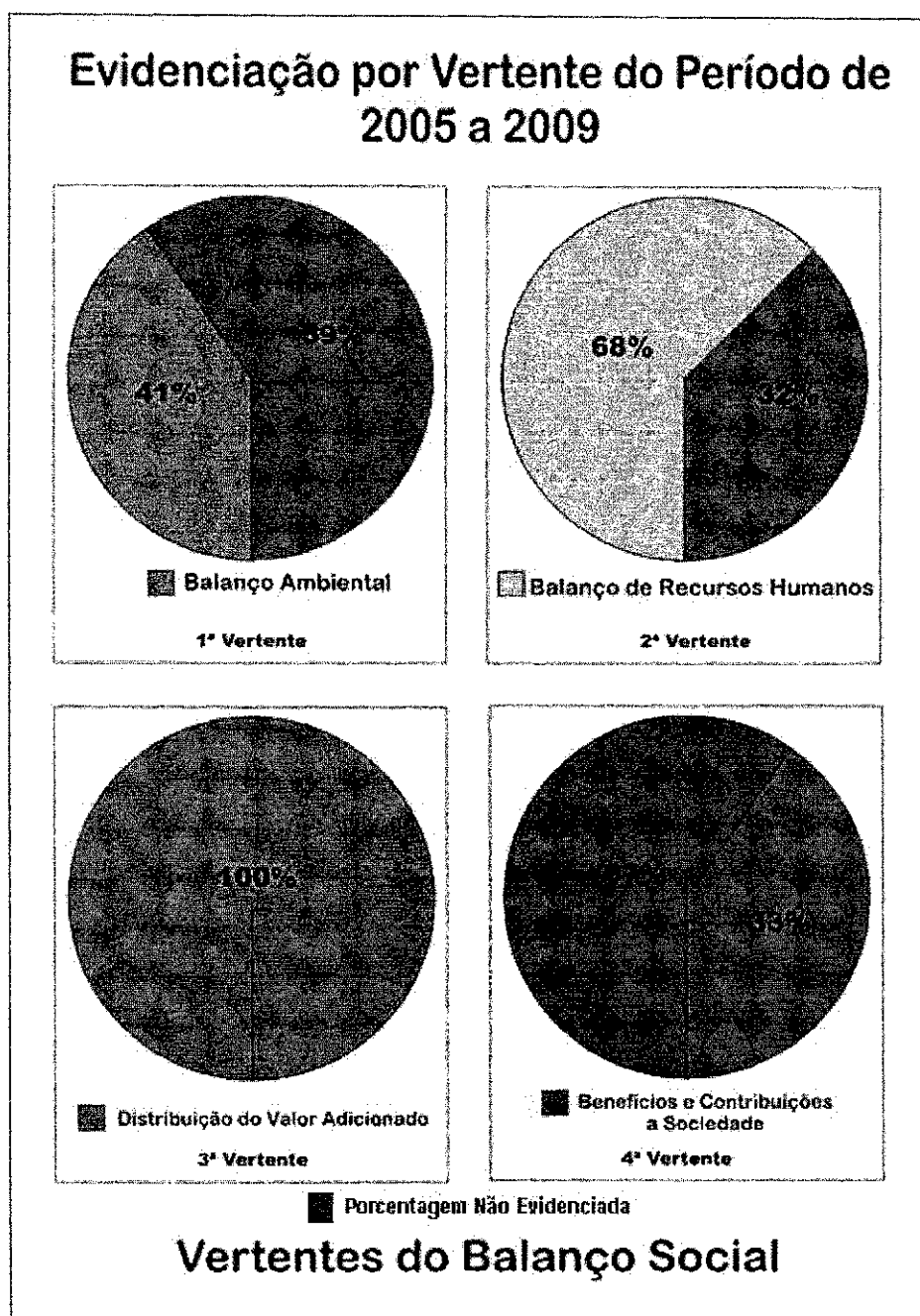


GRÁFICO 4 – Evidenciação por vertente do período de 2005 a 2009.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Contudo, a pesquisa demonstrou que a Natura publica informações relacionadas às quatro vertentes do Balanço Social em seus relatórios anuais, porém observa-se que tal evidenciação ainda não contempla todos os itens como recomenda o IBASE e a literatura especializada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O balanço social é um instrumento de informação da empresa para a sociedade, que tem o potencial de demonstrar o lado social e humano, respeitando os direitos de seus colaboradores e, ainda, desenvolvendo todo o processo operacional sem degradar o meio ambiente, e a questão da responsabilidade social é matéria que se transfere cada vez mais para a formulação estratégica das empresas, auxiliando no processo de tomada de decisão.

Por sua vez, mesmo sem a obrigação de elaborar e evidenciar o Balanço social, as empresas brasileiras, estão observando que devem fazer o bem à sociedade, não bastando apenas ter qualidade nos produtos ou um preço acessível.

Diante do crescente número de empresas interessadas em divulgar o Balanço social, mesmo sua publicação não sendo obrigatória, a presente pesquisa analisou a Natura, que utiliza o modelo do IBASE para publicação de tal demonstrativo, de modo a evidenciar itens relacionados a responsabilidade social, que contemplem as quatro vertentes do Balanço social: Balanço Ambiental, Balanço de Recursos Humanos, Distribuição do Valor Criado e Benefícios e Contribuições a Sociedade em Geral.

Com a realização do estudo, possibilitou a interpretação dos resultados divulgados pela empresa durante o período de 2005 a 2009. Dos itens pesquisados nos relatórios anuais da Natura, sob o qual se constatou que a primeira vertente, cujo foco está voltado para o balanço ambiental, foi contemplada em todo o período dando destaque ao ano de 2009 que evidenciou um percentual de 50% dos 26 itens recomendados pelo IBASE, mostrando assim, que vem se preocupando com o meio ambiente, bem como em demonstrar em seus relatórios anuais os itens que os contemplem.

Já com relação à evidenciação de itens relacionados ao balanço dos recursos humanos, que são os elementos que compõe a segunda vertente do Balanço social, verificou-se que a Natura em todos os anos apresentou informações relacionadas ao assunto, porém, nos anos de 2006 e 2007 a empresa regrediu em relação ao ano de 2005, e que junto com o ano de 2007 foram os que mais publicaram com um percentual individual de 79% dos 19 itens pesquisados. Com isso, observa-se que a Natura tem se mostrado preocupada em relatar os fatos e eventos voltados para os recursos humanos da entidade, demonstrando assim boas práticas de responsabilidade social.

Com relação à publicação de informações relacionadas a terceira vertente, e que trata sobre a distribuição do valor criado pela empresa, dos cinco itens recomendados pelo IBASE, a

empresa evidenciou um percentual de 100% nos cinco anos investigados. Observaram-se também nos relatórios, que além dos itens serem contemplados na Demonstração do Valor Adicionado, também foi considerado em relatórios específicos o que faz perceber que a empresa tem uma maior atenção com esta vertente uma vez que a mesma é obrigada a publicar a DVA, porém é facultativo a ela descrever em relatórios específicos variáveis deste demonstrativo.

Observou-se ainda que a Natura apresentou elementos relacionados ao Balanço social em todo período analisado, contemplando itens que compõe a quarta vertente do balanço social, que são informações voltadas para as contribuições e benefícios a sociedade no geral, e que ao analisar o progresso temporal da publicação das informações dirigidas a quarta vertente, observou-se que no ano de 2006 a quantidade de informações regrediram em 17% em relação a 2005.

Dessa forma, verifica-se que a Natura publica informações relacionadas às quatro vertentes do Balanço Social em seus relatórios anuais, porém observa-se que tal evidenciação ainda não contempla todos os itens como recomenda o IBASE e a literatura especializada. Além disso, constatou-se que iniciativas empresariais podem promover o equilíbrio econômico, social e ambiental.

No entanto, observou-se que as iniciativas empresariais que promovem o desenvolvimento relacionado ao equilíbrio econômico, social e ambiental deixaram de ser vistas como “idealistas” para se tornarem “imperativas”. Para a Natura, que há várias pautas nessa atuação pelo compromisso com o desenvolvimento sustentável, essa mudança de percepção reforça ainda mais sua disposição de avançar nesse caminho.

Com isso, recomenda-se o estudo sobre a influência nas vendas da Natura antes e depois da mesma começar a publicar esse tipo de demonstrativo, voltado a questão da Responsabilidade Social.

REFERÊNCIAS

A EMPRESA. **Sobre a Natura**. São Paulo – SP, 2010. Disponível em: <http://scf.natura.net/SobreANatura>. Acesso em: 20/09/2010.

APOLINARIO, Auriana Pacheco. **Balanco social: Instrumento de gestão e de transparência da responsabilidade social corporativa**. 2009. Disponível em: <http://www.monografias.brasilecola.com/administracao-financas/balanco-social-instrumento-gestao-transparencia-responsabilidade.htm>. Acesso em: 09/10/2010.

AQUINO, Wagner de; SANTANA, Antonio Carlos de. **Evidenciação**. In: Cadernos de estudos. São Paulo, FIPECAFI, n. 5, p. 01-40, junho 1992.

BECKER, Vera Luise. **A contabilidade e a responsabilidade social**. 17º Congresso de Contabilidade: Contabilidade: Instrumento de Cidadania – Trabalhos Técnicos, Santos – SP, Out/2004. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sites/17cbc>. Acesso em: 15/09/2010.

BEUREN, Ilse Maria (ORG.) et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2008.

BONATTO, Aline; MAUSS, César Volnei; MAGALHÃES, Machado de Magalhães. **Ética E Responsabilidade Social: Um Estudo Comparativo Do Balanço Social Da Empresa Eletrocar**. In: XXXI ENCONTRO DA ANPAD, 31, 2007, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos. Rio de Janeiro: [s.n.], 2007. 1 CD-ROM.

CAVALCANTI, Marly; NOGUEIRA, Arnaldo Mazzei. **Gestão social, estratégias e parcerias: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidade para o terceiro setor**. São Paulo: Saraiva, 2006.

CARVALHO, Alissandra Nazareth de; ALBERTON, Anete. **A Responsabilidade Social em Estabelecimentos Turísticos de Hospedagem: um estudo na Estrada Real/MG**. XXX da ANPAD, Salvador, setembro de 2006. Disponível em: http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=programacao3&cod_edicao_subsecao=148&cod_evento_edicao=10. Acesso em: 15/09/2010.

CERVO, A.L; BERVIAN, P.A.; SILVA, R. da. **Metodologia Científica**. 6.ed.São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 162 p.

DIEHL, A.A.; TATIM, D.C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

FERNANDES, Luciana Netto ; SORATO, Kátia Aurora Dalla Libera; PORTON, Rosimere Alves de Bona. **Fatores Determinantes Para a Não Elaboração e Publicação do Balanço Social: um Estudo das Empresas Cerâmicas da Região Amrec.** Revista Contemporânea de Contabilidade. Criciúma- SC, ano 04, n. 7, p. 43-59, jan./ jun. 2007

FREIRE, Fátima de Souza; REBOUÇAS, Tereza Raquel da Silva. **Uma Descrição sucinta do Balanço social francês, português, belga e brasileiro.** In: SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza (Org.). Balanço social: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2001. p. 69-115.

FREIRE, Fátima de Souza; SILVA, César Augusto Tiburcio. **Teoria e Prática.** São Paulo: Atlas, 2001.

FURTADO, Raquel Alves; et al (org). **Uma Análise de Balanços Sociais Empresariais a partir de uma Comparação entre os Modelos Ethos, IBASE e GRI.** IN YAMAMOTO, Marina Mitiyo; SALLOTTI, Bruno Meirelles. Informação Contábil: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais. São Paulo: Atlas, 2006. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/Secao.aspx?CodSecao=18>> Acesso em: 30 de jun de 2010.

GALLON, Alessandra Vasconcelos; BEUREN, Ilse Maria; HEIN, Nelson. **Evidenciação Contábil: itens de maior divulgação nos relatórios de administração das empresas participantes dos níveis de governança da Bovespa.** Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br>. Acesso em: 30 de jun de 2010.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade.** Tradução por Antonio Zorato Sanvinente. Accounting Theory. 5ª ed., 1991. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS - IBASE. **Balanço Social.** Disponível em: www.ibase.com.br. Acesso em: 26/06/2010.

INSTITUTO ETHOS. **Responsabilidade social empresarial para micro e pequenas empresas: passo a passo.** São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/>. Acesso em: 25/07/2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades.** 6ª ed., ver. E atual. São Paulo: Atlas, 2003.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Teoria da contabilidade.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KARKOTLI, Gilson. **Responsabilidade Social Empresarial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

KRAEMER, Maria Elizabete Pereira; TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LOPES, Jorge. **O fazer do trabalho científico em ciências sociais aplicadas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

MARCONI, L. e LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 2007.

MELLO, Elvis Rossi. **A importância do Balanço Social nas Organizações**. Disponível Em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/a-importancia-do-balanco-social-nas-organizacoes/14357/>>. Acesso em: 12/08/2010.

NEGRA, C. A. S; TEIXEIRA, F.S; CARMO, R. F. **O balanço social na gestão das instituições de ensino superior**. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, Ano XXXI, nº 138, p. 69-87, nov. /dez. 2002.

OTT, Ernani; ALVES, Tiago Wickstrom; FLORES, Giovana S. da Silva. **Investimentos Ambientais e o Desempenho Econômico das Empresas**: um estudo utilizando dados em painel. XXXIII Encontro da ANPAD. São Paulo, setembro de 2009.

PINTO, Anacleto Laurino; RIBEIRO, Maisa De Souza. **Balanço Social: Avaliação De Informações Fornecidas por Empresas Industriais Situadas no Estado de Santa Catarina**. Revista Contabilidade & Finanças, São Paulo, n. 36, p. 21 - 34, setembro/dezembro 2004. Disponível em: www.ibase.gov.br. Acesso em: 30/06/2010.

QUINTANA, Alexandre Costa *et al.* **Balanço Social: A Resposta Às Novas Exigências Sociais**. Revista acadêmica de economia, nº 87, 2007. Disponível em: http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/07/acq.htm#ALEXANDRE_COSTA_QUINTANA. Acesso em: 30/06/2010.

_____. **Balanço Social: A Resposta Às Novas Exigências Sociais**. Revista acadêmica de economia, nº 87, 2007.

REIS, Carlos Nelson dos; MEDEIROS, Luiz Edgar. **Responsabilidade Social das Empresas e Balanço Social**: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social. São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Livraria Saraiva, 2005.

SIQUEIRA, J. R. M; VIDAL, M. C. R. **Balancos sociais brasileiros: Uma análise de seu estágio atual.** In: Congresso Usp Controladoria E Contabilidade, 3., 2003, São Paulo. Anais: USP, 2003. CD ROM.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da Pesquisa Aplicada a contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses.** 1 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SOUSA, Edileusa Godói de, et al. **A Qualidade Dos Relatórios De Sustentabilidade: Uma Avaliação Em Empresas Do Ramo De Energia Elétrica.** XXXIII Encontro da ANPAD, São Paulo – SP, setembro de 2009.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações.** São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Uma abordagem da Transparência e da Responsabilidade Pública das Organizações.** São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Uma abordagem da Transparência e da Responsabilidade Pública das Organizações.** São Paulo: Atlas, 2008

ZANELLA, L. C. H. Metodologia da pesquisa. Material apresentado para os cursos da Secretaria de Educação a Distância, 2006. 144p. – Universidade Federal de Santa Catarina Disponível em: www.sead.ufsc.br/noticias_ead/metodologia_da_pesquisa.pdf. Acesso em 23/11/2010.

ZANLUCA, Júlio César. **Demonstração do Valor Adicionado.** São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/demonstracaodovalor.htm>. Acesso em: 15/10/2010.

APÊNDICE – Instrumento de coleta

INSTRUMENTO DE COLETA	RELATÓRIO ANUAL					
ITENS RELACIONADOS AS VERTENTES DO BALANÇO SOCIAL	PERÍODO					
1. ITENS RELACIONADOS AO BALANÇO AMBIENTAL	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
Clientes ambientais						
Créditos por assessoria ambiental						
Insumos ambientais						
Subvenções ambientais a receber						
Embalagens ambientais						
Estoques de matérias-primas ambientais						
Estoques de produtos em processo ambiental						
Estoques de produtos ambientais acabados						
Estoques de produtos reciclados						
Florestamento para proteção ambiental						
Reflorestamento para proteção ambiental						
Participação em fundos de investimentos ambientais						
Reserva florestal						
Equipamentos ambientais						
Filtros ambientais						
Florestamento ambiental						
Reflorestamento ambiental						
Depreciação ambiental acumulada						
Amortização ambiental acumulada						
Exaustão ambiental acumulada						
Pesquisas ambientais						
Programas de gestão ambiental						
Programas de educação ambiental						
Projetos de gestão ambiental						
Gastos de reorganização ambiental						
Outros itens relacionados ao Balanço Ambiental						
TOTAL						
2. ITENS RELACIONADO AO BALANÇO DE RECURSOS HUMANOS	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
Nº de empregados (as) ao final do período						
Nº de admissões durante o período						
Nº de empregados (as) terceirizados (as)						
Nº de estagiários (as)						
Nº de empregados (as) acima de 45 anos						
Nº de mulheres que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por mulheres						
Nº de negros (as) que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)						
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais						
Programa de Treinamento de Funcionários						

Faixa de Salários por Cargo						
Benefícios Concedidos à Funcionários						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa						
Número total de acidentes de trabalho						
Padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho						
Informações Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores(as)						
Informações Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário						
Outros itens relacionados ao Balanço de RH						
TOTAL						
3. ITENS RELACIONADO AO VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
Distribuição do Valor Adicionado ao Governo						
Distribuição do Valor Adicionado aos Funcionários						
Distribuição do Valor Adicionado aos Acionistas						
Distribuição do Valor Adicionado a Terceiros						
Valor Adicionado Retido						
TOTAL						
4. ITENS RELACIONADOS AOS BENEFÍCIOS E CONTRIBUIÇÕES A SOCIEDADE EM GERAL	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
Contribuições à Educação						
Contribuições à Cultura						
Contribuições à Saúde e Saneamento						
Incentivo ao Esporte						
Combate à fome e segurança alimentar						
Outros itens relacionados a contribuições a sociedade em geral						
TOTAL						